



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Casa Civil

PROJETO DE LEI 283/2015

Dispõe sobre as diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2016.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 133, § 3º, da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2016, compreendendo:

- I - as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;
- III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV - a estrutura e organização dos orçamentos;
- V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- VIII - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- IX - as disposições transitórias; e
- X - as demais disposições.

CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública Estadual, para o exercício de 2016, serão estabelecidas no Projeto de lei do Plano Plurianual relativo ao período de 2016 a 2019, que será encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa até 30 de setembro de 2015.

Parágrafo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em consonância com as metas e prioridades na forma do caput deste artigo.

Art. 3º No Projeto de Lei Orçamentária Anual, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no Plano Plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, e em municípios com menor relação de receita própria por habitante.

CAPÍTULO II **DA PROJEÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DA** **RECEITA PARA O EXERCÍCIO**

Art. 4º A Receita de Recolhimento Centralizado, para o exercício de 2016, será apresentada no seu demonstrativo, com a previsão de 100% (cem por cento) do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, resultando em uma Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria Conjunta SOF/STN nº 01, de 10 de dezembro de 2014.

Art. 5º As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2016, estão estimadas no valor de R\$ 41.722.017.420,00 (quarenta e um bilhões, setecentos e vinte e dois milhões, quatrocentos e vinte reais).

Art. 6º As receitas previstas no artigo anterior e consequentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, serão reestimadas por ocasião da elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2016.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à atualização dos valores constantes do Orçamento Geral do Estado de 2016, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2015, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e o respectivo índice de dezembro de 2015.

CAPÍTULO III **DOS CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS** **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Art. 7º A proposta orçamentária será elaborada conforme as diretrizes, os objetivos e as metas estabelecidos na revisão anual do Plano Plurianual (2016-2019) e nesta Lei, observadas as normas da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2016 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após a dedução dos recursos destinados:

- I - à transferência das parcelas da Receita de Recolhimento Centralizado, pertencentes aos municípios;
- II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público;
- III - ao pagamento de despesas com pessoal, encargos sociais e auxílios do Poder Executivo;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Casa Civil

- IV - ao pagamento do serviço da dívida;
- V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o art. 205 da Constituição Estadual, com a Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná, com o Decreto Estadual nº 1.952, de 24 de outubro de 2003 e demais normas legais;
- VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo no mínimo a 30% (trinta por cento), da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos, de acordo com o art. 185 da Constituição Estadual;
- VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, regulamentada pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, correspondendo para 2016 a 12% (doze por cento) da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos;
- VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;
- IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;
- X - às contribuições do Estado ao Sistema de Seguridade Funcional, conforme legislação em vigor;
- XI - ao pagamento de sentenças judiciais;
- XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no art. 36 desta Lei; e
- XIII - ao PASEP, nos termos da Lei Federal nº 9.715, de 25 de novembro de 1999.

Art. 9º Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2016 à Assembleia Legislativa.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 10. Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes e o Orçamento de Seguridade Social discriminarão o programa de trabalho por:

- I - Unidade Orçamentária;
- II - Função;
- III - Subfunção;
- IV - Programa;
- V - Projeto, Atividade ou Operação Especial;
- VI - Categoria Econômica da Despesa;
- VII - Grupo de Despesa;
- VIII - Modalidade de Aplicação; e
- IX - Grupo de Fontes.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Casa Civil

§ 1º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função, a subfunção e o programa ao qual se vincula.

§ 2º Os conceitos de função, subfunção e programa, são aqueles dispostos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999 e Portaria SOF nº 54, de 04 de julho de 2011.

§ 3º Cada programa terá as ações necessárias para atingir os seus objetivos, identificadas sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, com as especificações dos valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela sua realização.

§ 4º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 5º Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o inciso VII deste artigo, constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme especificação a seguir:

DESPESAS CORRENTES

- Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais
- Grupo 2 - Juros e Encargos da Dívida
- Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

- Grupo 4 - Investimentos
- Grupo 5 - Inversões Financeiras
- Grupo 6 - Amortização da Dívida

§ 6º A Modalidade de Aplicação a que se refere o inciso VIII deste artigo destina-se a indicar a forma como os recursos serão aplicados pelas unidades orçamentárias e pode ser alterada de acordo com as necessidades de execução, observada a seguinte classificação:

- 20 – Transferências à União;
- 22 – Execução Orçamentária delegada à União;
- 30 – Transferências aos Estados e ao Distrito Federal;
- 31 – Transferências aos Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo;
- 32 – Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal;
- 35 – Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 36 – Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 40 – Transferências aos Municípios;
- 41 – Transferências aos Municípios – Fundo a Fundo;
- 42 – Execução Orçamentária Delegada a Municípios;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Casa Civil

- 45 – Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 46 – Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 50 – Transferências as Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
- 60 – Transferências as Instituições Privadas com Fins Lucrativos;
- 70 – Transferências as Instituições Multigovernamentais;
- 71 – Transferências aos Consórcios Públicos mediante contrato de rateio;
- 72 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos;
- 73 – Transferências aos Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 74 – Transferências aos Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 75 – Transferências as Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 76 – Transferências as Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 80 – Transferências ao Exterior;
- 90 – Aplicações Diretas;
- 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- 93 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe;
- 94 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe;
- 95 – Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 96 – Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 99 – A definir (utilizado no Orçamento do Estado do Paraná apenas para caracterizar as despesas oriundas de emendas legislativas).

§ 7º Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o inciso IX deste artigo, constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;
- Fonte 103 - Receita Condicionada da Lei Complementar nº 87, de 1996;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Casa Civil

- Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE;
- Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;
- Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;
- Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis;
- Fonte 109 - Recursos Provenientes de Percentual sobre a Venda de Bilhetes de Passagens Intermunicipais para ações voltadas à Criança e ao Adolescente;
- Fonte 110 - Recursos para Estatização das Serventias do Foro Judicial;
- Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;
- Fonte 113 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná – FUNESP/PR;
- Fonte 114 - Receita da Escola de Governo/SEAP;
- Fonte 115 - Receita Excedente dos Colégios Agrícolas;
- Fonte 119 - Recursos Provenientes de Depósitos Judiciais;
- Fonte 122 - Receita Provenientes do Programa Paraná Competitivo;
- Fonte 123 - Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN (Instituído pela Lei 4.955/1964, vinculada através da Lei nº 18.375/2014);
- Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública – FUNSAUDE;
- Fonte 125 - Venda de Ações e/ou Devolução de Créditos ou de Capital Subscrito/Integralizado ou não;
- Fonte 127 - Fundo de Equipamento Agropecuário – FEAP (Instituído pela Lei nº 823/1951, vinculada através da Lei nº 18.375/2014);
- Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco – FUNREFISCO;
- Fonte 129 - Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD (Instituído pela Lei nº 17.244/2012, vinculada através da Lei nº 18.375/2014);
- Fonte 130 - Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FECON (Instituído pela Lei 14.975/2005, vinculada através da Lei 18.375/2014);
- Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social – Lei nº 11.091/1995;
- Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;
- Fonte 134 - Fundo Estadual dos Direitos do Idoso (Instituído pela Lei 16.732/2010, vinculada através da Lei nº 18.375/2014);
- Fonte 135 - Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público – Fundo de Previdência;
- Fonte 138 - Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA (Instituído pela Lei nº 12.945/2000, vinculada através da Lei nº 18.375/2014);
- Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais – FDU;
- Fonte 144 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público – Fundo Financeiro e Fundo Militar;

Fonte 146 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FRHI (Instituído pela Lei nº 12.726/1999, vinculada através da Lei nº 18.375/2014;

Fonte 147 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal.

GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;

Fonte 148 - Outros Convênios / Outras Transferências.

GRUPO 10 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE;

Fonte 118 - Recursos Provenientes de Indenização da PETROBRAS;

Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

GRUPO 15 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 120 - Operação de Crédito Interna;

Fonte 142 - Operação de Crédito Externa.

GRUPO 95 – RECURSOS DE OUTRAS FONTES – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;

Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;

Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;

Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro – FUNRESTRAN;

Fonte 255 - Transferências da União – SUS;

Fonte 256 - Reposição Florestal – SERFLOR;

Fonte 257 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas à Entidades da Administração Indireta por Determinação Legal;

Fonte 258 - Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada;

Fonte 270 - Aumento de Capital Social;

Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;

Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências.

Art. 11. O Orçamento de Investimento abrangerá as empresas estatais independentes nas quais o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto, e dele constarão todos os investimentos a serem realizados, independentemente da fonte de financiamento utilizada, indicando em seu programa de trabalho a discriminação da despesa destacada por projeto/atividade, segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como, na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento do Projeto da LDO de 2016 à Assembleia Legislativa.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, a criação de novas fontes de qualquer grupo de fontes de recursos, inclusive as decorrentes de alterações de legislação ou de Operações de Crédito efetivadas após o encaminhamento do Projeto da LDO de 2016 à Assembleia Legislativa, dando ciência à Assembleia Legislativa.

Art. 14. O Programa de Obras será apresentado no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no art. 133, § 7º da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo único. As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, devendo ser identificadas no Anexo V pelo Indicativo (A) em andamento.

Art. 15. O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no art. 22, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, conterá:

- I- exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado, metas fiscais para o exercício de 2016, o quadro resumo do saldo devedor da dívida pública consolidada e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;
- II- texto da Lei;
- III - Anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros-resumo das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;
- IV- Anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- V- Anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Depen-

- dentes, a que se refere o art. 133, § 6º, incisos I e II, da Constituição do Estado do Paraná;
- VI- Anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o art. 133, § 6º, inciso III, da Constituição do Estado do Paraná;
- VII- Anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no art. 133, § 7º, da Constituição do Estado do Paraná;
- VIII- Anexo VI contendo o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais, no que se refere ao:
- a) Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público;
 - b) Ações e Serviços Públicos de Saúde; e
 - c) Ciência e Tecnologia;
- IX – Anexo VII contendo o Orçamento do Regime Próprio de Previdência Sociais do Estado.

CAPÍTULO V DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO

Art. 16. A elaboração do Projeto de Lei, a sua aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2016, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo o acesso da sociedade às informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como, levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá estabelecer programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 17. A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as transferências ao FUNDEB, as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, exceto a Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.

I - PODER LEGISLATIVO	5,0%
II - PODER JUDICIÁRIO	9,5%
III - MINISTÉRIO PÚBLICO	4,1%

§ 1º. Do percentual de 5,0% (cinco por cento) destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,9% (um vírgula nove por cento).

§ 2º A Defensoria Pública do Paraná, compreendendo seus Órgãos, Fundos e Entidades, terá como limite para elaboração de sua proposta orçamentária de 2016 e fixação de despesas com Recursos Ordinários do Tesouro Estadual o montante de até R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais).

Art. 18. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, conforme estabelece o art. 168 da Constituição Federal.

Art. 19. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, o Poder Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder Legislativo e Judiciário e do Ministério Público e Defensoria Pública.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público e a Defensoria Pública o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 20. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário do Ministério Público e da Defensoria Pública serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 11 de setembro de 2015, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Parágrafo único. No caso dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública não apresentarem suas propostas orçamentárias até o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a lançar os valores dentro dos limites fixados, utilizando como base a Lei Orçamentária do exercício anterior.

Art. 21. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário do Ministério Público e da Defensoria Pública, não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites estabelecidos nesta Lei, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 22. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda - AGE/SEFA.

Art. 23. Na programação da despesa não poderão ser:

- I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;
- III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal e do art. 135, § 2º, da Constituição Estadual;
- IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concor-



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Casa Civil

- ram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;
- V - incluídas em Projetos ou Atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;
 - VI - fixadas despesas com valores simbólicos; e
 - VII - incluídas despesas decorrentes de "transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual", ou seja, de transferências dentro da mesma esfera de Governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 24. As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente às despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 25. As unidades da administração indireta, deverão programar em seus orçamentos, recursos para pagamento de PASEP com recursos próprios, no mínimo no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor da sua receita própria, ou seja, da sua receita diretamente arrecadada.

Art. 26. Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades; para evitar duplicidade, esses recursos serão apenas demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 27. O Orçamento Fiscal conterá Projetos/Atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado para compor o seu Orçamento de Investimento.

Art. 28. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, conterá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 29. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019.

Art. 30. As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais correrão a conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais, especificadas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos e na Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da SEFA.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Casa Civil

§ 1º As unidades da administração indireta que tenham sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor, deverão programar em seus orçamentos o valor dos mesmos com recursos próprios.

§ 2º Os Órgãos e as Unidades encaminharão a Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais, criada pela resolução conjunta SEFA/PGE nº001/2003, até o dia 20 de julho de 2015, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2015, para serem incluídos no orçamento de 2016, especificando:

- I- número da ação originária;
- II- número do precatório;
- III- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- VI- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2015, conforme art. 98, § 5º, da Constituição do Estado do Paraná); e
- VII- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

§ 3º A atualização monetária dos precatórios, determinada no § 12 do art. 100 da Constituição Federal, inclusive em relação às causas trabalhistas, previdenciárias e de acidente do trabalho, observará, no exercício de 2016, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial - IPCA-E do IBGE.

Art. 31. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão/Unidade celebrante do contrato.

§ 1º A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação, todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, será realizada no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações posteriores, na Portaria nº 339 STN, de 29 de agosto de 2001 e no Decreto Estadual nº 5.975, de 22 de julho de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

§ 3º A atualização monetária dos precatórios, determinada no § 12 do art. 100 da Constituição Federal, inclusive em relação às causas trabalhistas, previdenciárias e de acidente do trabalho, observará, no exercício de 2016, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial - IPCA-E do IBGE.

Art. 32. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, por órgão, unidade, espécie e por fontes.

Art. 33. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta, dos Fundos e das Universidades e Faculdades estaduais do Poder Executivo, para atender programas prioritários de Governo.

Art. 34. A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência no montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 35. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016, conterá autorizações para abertura de créditos adicionais do Poder Executivo até o limite percentual de 20% (vinte por cento) do valor global da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320, de 1964, excetuando-se as dotações referentes a recursos de Convênios, Acordos Nacionais e de Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

Art. 36. Na Lei Orçamentária Anual, as despesas com amortizações, juros e demais encargos da dívida serão fixados com base nas operações contratadas ou com autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária à Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará juntamente com a proposta orçamentária para 2016:

1 – quadro detalhado de cada operação de crédito, incluindo credor, taxa de juros, sistemática de atualização e cronograma de pagamento do serviço da dívida;

2 – quadro demonstrativo da previsão de pagamento do serviço da dívida para 2016, incluindo modalidade de operação, valor do principal, juros e demais encargos.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 37. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de agosto de 2015, em especial:

- I - as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II - a concessão e redução de isenções fiscais;
- III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e
- IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Casa Civil

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Do cálculo da Receita Corrente Líquida, serão excluídos os valores referentes aos diferimentos ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o art. 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES, COM BASE NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Art. 38. No exercício financeiro de 2016, as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e Ministério Público, assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com o art. 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- a) 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;
- b) 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Judiciário;
- c) 49% (quarenta e nove por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Executivo, incluindo a Defensoria Pública;
- d) 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Ministério Público Estadual.

§ 3º As contratações de pessoal e movimentações de quadros que impliquem em alterações salariais ou incremento de despesas de que trata o art. 169, § 1º, da Constituição Federal, somente poderão ocorrer se houver recursos orçamentários suficientes e se forem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 39. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo, será estabelecido dentro de um limite de gasto considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette, s/n | Centro Cívico | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2400 | Fax: [41] 3252 2381 | 3254 7345 | 3254 4299 | www.pr.gov.br

Art. 40. O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício, não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento, conforme determina o § 2º do art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 41. As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que, o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2016, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida do Estado.

Art. 42. As receitas provenientes das Operações de Crédito em negociação serão incorporadas à receita prevista do Plano Plurianual – PPA 2016 – 2019 e, por consequência, da Lei Orçamentária Anual – LOA para 2016.

Art. 43. A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

- I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de crédito ao pequeno e médio empreendedor agrícola, industrial e comercial;
- II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso às formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;
- III - fomentar investimentos em atividades produtivas setoriais;
- IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;
- V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia;
- VI - fomentar e apoiar projetos destinados à implantação e desenvolvimento de iniciativas econômicas de natureza solidária, cooperativa e participativa, nas áreas de produção, distribuição e consumo;
- VII - fomentar a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, a estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e à geração de empregos;
- VIII - à participação do Estado na implantação de sistema de transporte rápido de massa;
- IX - fomentar investimentos e apoiar projetos regionais voltados à melhoria e à consolidação da infraestrutura rodoviária, aeroportuária, ferroviária e aquaviária do Estado; e
- X - os empréstimos e financiamentos concedidos pela Agência de Fomento, deverão garantir, no mínimo a remuneração dos custos operacionais e de administração dos recursos, assegurando sua auto sustentabilidade financeira, ressalvados os casos disciplinados por legislação específica.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Casa Civil

§ 1º A Agência de Fomento do Paraná observará, nos financiamentos concedidos, as políticas de redução das desigualdades sociais e regionais, de geração de emprego e renda, de preservação e melhoria do meio ambiente, de incentivo ao aumento da participação de fontes de energias renováveis na Matriz Energética Paranaense, de ampliação e melhoria da infraestrutura e crescimento, modernização e ampliação da competitividade do parque produtivo paranaense, das atividades comerciais e de serviço sediados no Estado, do turismo e do agronegócio, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico.

§ 2º A concessão de operações de crédito com os Municípios ou quaisquer entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública Municipal fica condicionada à outorga de garantias, na forma estabelecida pela agência financeira oficial de fomento.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 44. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

CAPÍTULO X DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 45. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas em conformidade com o disposto no art. 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da administração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

§ 2º Não poderão ser canceladas dotações com recursos próprios (fontes 250 a 284), exceto quando se tratar de remanejamento de recursos dentro da unidade arrecadadora.

§ 3º Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 46. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária Anual até 31 de dezembro de 2015, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante, para o atendimento das seguintes despesas:

I- Pessoal e Encargos Sociais;

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette, s/n | Centro Cívico | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2400 | Fax: (41) 3252 2381 | 3254 7345 | 3254 4299 | www.pr.gov.br



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Casa Civil

- II- Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, por repartição de receitas;
- III- Serviços da Dívida;
- IV- PASEP;
- V- Precatórios; e
- VI- Demais Despesas, à razão de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Art. 47. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de vinte dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no art. 6º desta Lei.

Art. 48. As transferências voluntárias de recursos do Estado para os Municípios, a título de cooperação, auxílios ou assistência financeira, dependerão da comprovação, por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que se encontra em conformidade com o disposto no art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 49. Observando o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, caso seja necessário proceder a limitação de empenho e movimentação financeira, para cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, o percentual de redução deverá incidir sobre o total de atividades e sobre o de projetos, separadamente, calculado de forma proporcional à participação de cada Poder e do Ministério Público e a Defensoria Pública, excluídas as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

Art. 50. A destinação de recursos orçamentários às Entidades Privadas sem fins lucrativos deverá observar o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 51. Integram a presente Lei, de acordo com o disposto no art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Parágrafo único. Ficam as Metas Fiscais relativas ao exercício financeiro de 2015 alteradas conforme o Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.

Art. 52. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 53. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 54. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I - METAS FISCAIS

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

A execução orçamentária do exercício de 2014 obedeceu aos critérios para liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 10.406, de 18 de março de 2014. No referido exercício deu-se continuidade ao processo de Programação Orçamentária, via Sistema e-COP, onde as unidades da administração direta, indireta, empresas dependentes e fundos, alimentaram seus pleitos trimestrais, dentro de tetos estabelecidos de acordo com as projeções da receita e as prioridades de governo. As liberações financeiras foram realizadas segundo as disponibilidades do Tesouro do Estado, em decorrência do efetivo ingresso das Receitas.

As Despesas não Financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um acréscimo de 17,74%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não Financeiras e Despesas não Financeiras, a meta do Resultado Primário realizado no exercício, decresceu 139,93%.

As Tabelas 1 e 2 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2012 a 2014 e reprogramadas para 2015:

Tabela 1 - METAS FISCAIS 2012-2015 - Preços Correntes

DISCRIMINAÇÃO	em R\$ 1000			
	2012	2013	2014	2015 (1)
I. Resultado Primário Fixado na LDO	981.537	1.136.622	2.339.690	4.128.071
II. Resultado Primário Obtido	634.392	2.909.031	-934.245	-569.529
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	-347.145	1.772.409	-3.273.935	-4.697.600
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	671.371	700.243	986.004	246.739
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-1.655.317	2.131.034	1.033.479	1.276.141
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-2.326.688	1.430.791	47.475	1.029.402

Fonte: SEFA

(1) Reprogramado

(2) O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal

Tabela 2 - METAS FISCAIS 2012-2015 - Preços Constantes

DISCRIMINAÇÃO	em R\$ 1000			
	2012	2013	2014	2015 (1)
I. Resultado Primário Fixado na LDO	1.170.782	1.280.960	2.489.664	4.128.071
II. Resultado Primário Obtido	756.708	3.278.444	-994.130	-569.529
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	-414.076	1.997.485	-3.483.794	-4.697.600
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	800.814	789.168	1.049.207	246.739
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-1.974.470	2.401.651	1.099.725	1.276.141
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-2.775.284	1.612.485	50.518	1.029.402

Fonte: SEFA

(1) Reprogramado

(2) O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal

2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A Tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2012 a 2018.

Tabela 3 - INDICADORES ECONÔMICOS PARA O PERÍODO DE 2012-18

VARIÁVEIS	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIB do Brasil (variação %)	0,90%	2,28%	0,00%	-0,70%	1,40%	2,00%	2,30%
PIB do Paraná (variação %)	0,90%	5,01%	0,80%	1,00%	3,00%	3,50%	3,50%
Inflação (IPCA) (variação %)	5,64%	5,91%	6,41%	8,16%	5,64%	5,16%	5,02%
Taxa de Câmbio final do ano (R\$/US\$)	2,04	2,27	2,65	3,20	3,20	3,17	3,24

Fonte: IBGE, Banco Central, IPARDES/SEPL

As Tabelas 5 e 6 apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2015 a 2018, a preços correntes e constantes de 2015.

Tabela 4- METAS FISCAIS - 2015-18

DISCRIMINAÇÃO	Preços Correntes							
	2015		2016		2017		2018	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITA NÃO FINANCEIRA	44.302.436	13,17%	48.490.015	12,72%	50.657.991	12,73%	53.994.0	
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	44.871.965	13,34%	49.316.008	13,49%	51.936.086	13,05%	54.203.5	
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-569.529	-0,17%	-2.825.993	-0,77%	1.278.094	-0,32%	-209.564	-0,05%
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	16.440.893	4,89%	17.743.714	4,85%	19.066.016	4,79%	20.156.4	
V. RESULTADO NOMINAL	1.276.141	0,38%	1.302.821	0,36%	1.322.302	0,33%	1.090.45	

Fonte: SEFA

Tabela 5 - METAS FISCAIS - 2015-18

DISCRIMINAÇÃO	Preços Constantes							
	2015		2016		2017		2018	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITA NÃO FINANCEIRA	44.302.436	13,17%	41.981.188	10,37%	43.500.317	9,39%	43.450.2	8,08%
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	44.871.965	13,34%	40.520.064	10,01%	44.597.824	9,62%	43.618.8	8,12%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-569.529	-0,17%	-2.551.915	-0,63%	-1.097.507	0,24%	-168.641	0,03%
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	16.440.893	4,89%	16.022.843	3,96%	16.372.101	3,53%	16.220.3	3,02%
V. RESULTADO NOMINAL	1.276.141	0,38%	1.176.467	0,29%	1.135.469	0,25%	877.511	0,16%

Fonte: SEFA

3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir, apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2012 a 2014. O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Tabela 6 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	2013	2014
ATIVO FINANCEIRO	6.302.294	5.925.899	4.800.833
ATIVO PERMANENTE	20.361.352	22.855.537	25.837.457
SOMA DO ATIVO REAL	26.663.646	28.581.436	30.638.291
PASSIVO FINANCEIRO	5.207.384	5.361.541	4.317.667
PASSIVO PERMANENTE	19.015.025	20.038.667	21.716.511
SOMA DO PASSIVO REAL	24.222.409	25.400.208	26.034.178
SALDO PATRIMONIAL	2.441.237	3.181.227	4.604.113

Fonte: SEFA

Pelo Balanço Patrimonial do Estado do Paraná constata-se o valor Patrimônio Líquido no encerramento de cada exercício. Em 2012, houve Ativo Real Líquido de R\$ 2.441,2 milhões, decorrentes da diferença entre o Ativo Real de R\$ 26.663,6 milhões e o Passivo Real de R\$ 24.222,4 milhões. Em 2013, ocorreu Ativo Real Líquido de R\$ 3.181,2 milhões, oriundos da diferença entre o Ativo Real de R\$ 28.581,4 milhões e o Passivo Real de R\$ 25.400,2 milhões. Em 2014, ocorreu igualmente Ativo Real Líquido de R\$ 4.604,1 milhões, oriundos da diferença entre o Ativo Real de R\$ 30.638,2 milhões e o Passivo Real de R\$ 26.034,1 milhões.

Na evolução do Patrimônio Líquido do período, de 2012 para 2013, houve uma variação positiva de R\$ 739.990,3 milhões produzindo Patrimônio Líquido positivo. De 2013 para 2014 houve uma variação positiva de R\$ 1.422.885,8 milhões, produzindo novo Patrimônio Líquido positivo. Considerando o período de 2012 a 2014, houve uma variação credora positiva que determinou o total favorável de R\$ 2.162.876,2 milhões representando o Patrimônio Líquido do Estado.

4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná

Os resultados da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná - RPPS são apresentados na Nota Técnica NT/ATUARIA nº 22/2014 e levam em consideração a reestruturação dos Fundos Previdenciários do Estado do Paraná estabelecidos pela Lei Estadual nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012. Os resultados dimensionam os compromissos com benefícios previdenciários dos Fundos, em específico verificar o equilíbrio financeiro e atuarial do FUNDO DE PREVIDÊNCIA, integrante do Plano Previdenciário, que tem finalidade de acumulação de recursos necessários para o pagamento dos compromissos do Plano.

Os cálculos elaborados levam em consideração os parâmetros atuariais mínimos e máximos estabelecidos pela Portaria MPS nº 403/2008 e demais orientações legislativas sobre a matéria, em especial a Constituição Federal e a Lei Federal nº 9.717/1998.

Os segurados ativos, aposentados e pensionistas são segregados nos Fundos Previdenciários constituídos pela Lei PR nº 17.435/2012, FUNDO DE PREVIDÊNCIA, FUNDO FINANCEIRO e FUNDO MILITAR, conforme critérios descritos a seguir:

FUNDO DE PREVIDÊNCIA - FP: servidores ativos que ingressaram ou venham a ingressar no serviço público estadual posteriormente a 31/12/2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, e inativos e pensionistas que em 21/12/2012, data da publicação da Lei PR nº 17.435, eram segurados do FUNDO DE PREVIDÊNCIA.

FUNDO FINANCEIRO - FF: servidores ativos que ingressaram no serviço público estadual anteriormente a 31/12/2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, e inativos e pensionistas que em 21/12/2012, data da publicação da Lei PR nº 17.435, eram segurados do FUNDO FINANCEIRO.

FUNDO MILITAR - FM: todos os militares do Estado e seus dependentes.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Casa Civil

BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA

Item	Valores (R\$)
Total de Encargos (1)	49.500.062.833,66
Total de Receitas (2)	41.817.578.616,83
Reserva Matemática (3)=(1)-(2)	7.682.484.216,83
Ativos Financeiros (4)	7.327.384.608,59
Parcelamento de Débitos Previdenciários (5)	593.248.545,69
Total de Ativos (6)=(4)+(5)	7.920.633.154,28
Resultado Atuarial (7)=(6)-(3)	238.148.937,45

Conforme critérios estabelecidos em Lei, o FUNDO DE PREVIDÊNCIA promove a cobertura a 77.841 servidores ativos e a 13.763 inativos e pensionistas, o que gera um total de 91.604 segurados.

Conforme prevê a Lei Estadual nº 17.435/2012, este Fundo é financiado pelo regime de capitalização e os valores expressos levam em consideração a taxa de desconto atuarial de 5,50% ao ano, estabelecida como meta atuarial neste exercício.

O valor presente do total das obrigações do FUNDO DE PREVIDÊNCIA é de R\$ 49,5 bilhões e o valor presente do total das receitas previstas, com base no plano de custeio, é de R\$ 41,8 bilhões, o que resulta em uma Reserva Matemática projetada de R\$ 7,7 bilhões.

O total de recursos financeiros já capitalizados e segregados para composição do FUNDO DE PREVIDÊNCIA é de R\$ 7,9 bilhões. O resultado técnico da Avaliação Atuarial apresenta Equilíbrio Técnico do Plano Previdenciário reestruturado, com superávit na ordem de R\$ 238 milhões. Este equilíbrio atuarial decorre de todo o plano contributivo ao Fundo e pelo sistema projetado de custeio Adicional e Suplementar a encargo do Estado.

2. FUNDO FINANCEIRO - FF: servidores ativos que ingressaram no serviço público estadual anteriormente a 31/12/2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, e inativos e pensionistas que em 21/12/2012, data da publicação da Lei Estadual nº 17.435/2012, eram segurados do FUNDO FINANCEIRO.

BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO FINANCEIRO

Item	Valores (R\$)
Total de Encargos (1)	202.253.623.345,56
Total de Receitas (2)	16.307.455.217,02
Insuficiência Financeira (3)=(1)-(2)	185.946.168.128,54

O FUNDO FINANCEIRO possui 135.830 segurados, sendo 60.769 ativos e 75.061 inativos e pensionistas. Os custos totais dos compromissos deste Fundo, ao longo do tempo, por ser financiado por repartição simples e conforme orientação do Ministério da Previdência Social - MPS são avaliados sem considerar a taxa de desconto atuarial e possuem o valor presente de R\$ 202,3 bilhões, que comparando-se com o total das receitas contributivas previstas de R\$ 16,3 bilhões, resulta em uma Insuficiência Financeira de R\$ 185,9 bilhões.

Pelo mecanismo de financiamento deste Fundo, tais valores representam o total de aportes futuros necessários, que o Tesouro Estadual deverá fazer ao longo do tempo, para complementação da folha de benefícios dos segurados deste Fundo.

3. FUNDO MILITAR - FM: todos os militares do Estado e seus dependentes.

Com base na legislação citada, no cadastro de segurados e nos parâmetros atuariais utilizados, foram obtidos os seguintes valores representativos da situação atuarial do FUNDO MILITAR:

BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO MILITAR

Item	Valores (R\$)
Total de Encargos (1)	141.895.540.832,45
Total de Receitas (2)	27.142.180.447,50
Insuficiência Financeira (3)=(1)-(2)	114.753.360.384,95

São segurados deste Fundo 37.055 militares do Estado, sendo 19.643 ativos e 17.412 inativos e pensionistas. Os compromissos do Fundo Militar, também são avaliados sem considerar taxa atuarial e possuem o valor presente de R\$ 141,9 bilhões, que deduzindo-se do total das receitas contributivas previstas de R\$ 27,1 bilhões, resulta em uma Insuficiência Financeira de R\$ 114,8 bilhões.

O FUNDO MILITAR também é financiado por repartição simples, e os valores representam os aportes necessários para complementação da folha de benefícios dos segurados do Fundo ao longo do tempo.

COMENTÁRIOS FINAIS

De certa forma, projeções e avaliações atuariais na Previdência Funcional, pela própria natureza dos elementos que compõem as hipóteses atuariais, caracterizam-se como uma projeção futura extremamente sensível, mesmo amparada por técnicas atuariais sustentáveis. No entanto, estas projeções possibilitam o dimensionamento dos compromissos previdenciários da Entidade e indicam os procedimentos necessários ao custeio destas obrigações.

Ressalta-se que o conceito de solvência desenvolvido e constante na Lei estadual nº 17.435/2012, e o acompanhamento da aderência das hipóteses atuariais, constituem-se como aspectos fundamentais na elaboração deste plano de capitalização reestruturado e, por isso mesmo, devem ser alvo de contínuo acompanhamento e validação.

Por último, ressalta-se que a PARANAPREVIDÊNCIA, como único órgão gestor da previdência do Estado do Paraná, constitui-se como a Entidade competente para a gestão dos Fundos Previdenciários constituídos pela reestruturação da previdência social do Estado.

5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), estabeleceu o Demonstrativo de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de Receita ou Redução de outra Despesa de Caráter Continuado.

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem, para o ente público, a obrigação legal de sua execução por um período superior a dos exercícios, de acordo com o art. 17 da Lei Complementar nº 101/00.

Estas despesas, por apresentarem caráter de acréscimo permanente, somente poderão ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2016.

TABELA 07 - SALDO DA MARGEM DE EXPANSÃO - 2016

EVENTOS	Valor Previsto
Aumento Permanente da Receita	2.179.627
(-) Transferências Constitucionais	580.447
(-) Transferências ao FUNDEB	237.196
Saldo	1.361.984
Despesas Comprometidas	1.361.985
Margem de Expansão	0



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Casa Civil

ANEXO II – RISCOS FISCAIS

Considerando que a finalidade primordial do Estado é promover o bem estar das pessoas, exercendo de forma eficaz, eficiente e efetiva a atividade financeira que lhe compete, captando, gerindo e despendendo recursos.

Considerando que as obrigações financeiras do Estado apresentam-se como um ramo da atividade financeira do Estado que engloba os compromissos governamentais destinados ao funcionamento da Administração Pública.

Considerando que os riscos fiscais podem ser entendidos como os riscos provenientes das obrigações financeiras do Estado.

O art. 4.º, § 3.º, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, determina que a Lei de Diretrizes contemple o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências, caso se concretize.

O presente Anexo elenca os riscos fiscais e passivos contingentes que possam afetar as contas públicas do Paraná no período a que se refere a LDO 2016.

RISCOS FISCAIS NA RECEITA

Verificou-se, na aplicação do modelo, a necessidade de reavaliar os valores aprovados para Orçamento 2015 – Lei 18409/2014 de 29/12/2014. O impacto desta reavaliação é uma redução de 3,2% no valor previsto para a rubrica Receitas Correntes. Este ajuste representa R\$ 925,6 milhões a menos no total das Receitas Correntes em comparação com o valor inicial do Orçamento – cujos valores não seguiram as projeções realizadas pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA.

Nesta revisão estão incluídos os impactos da Lei 18.371/2014 (ICMS - R\$ 1,0 bilhão; IPVA - R\$ 633,0 milhões), do reajuste dos preços administrados – energia elétrica e combustíveis (ICMS - R\$ 1,53 bilhão) e da prorrogação do recolhimento decendial.

Levando-se em consideração que tais ações têm por objetivo causar um impacto permanente na arrecadação de tributos, para concluir esta previsão foram utilizados os percentuais de crescimento apontados pelo modelo para o período 2016 a 2019, tomando-se por base os valores de 2015. Percebe-se um forte crescimento na rubrica IPVA 100%, impulsionado pela Lei 18.371/2014. A partir de 2016 o crescimento da estimativa de arrecadação de IPVA retoma seu curso normal, o qual inclui a renovação da frota e a atualização dos preços de veículos usados.

Contudo, para a estimativa de ICMS 100% do exercício 2016, ainda foi necessário recalcular o impacto da Lei 18.371/2014, pois sua eficácia trouxe reflexos para a arrecadação a partir do mês de maio/2015. Desta forma, o impacto residual da legislação foi de um incremento estimado em R\$ 539,3 milhões. Em contrapartida foram deduzidos da arrecadação do exercício R\$ 439,0 milhões relativos aos recolhimentos decendiais, cujo término se dará em dezembro/2015, transferindo este montante para 2015. Como resultado há um crescimento irregular do ICMS no período 2015 a 2017.

Como houve um número significativo de alterações é de se esperar que a margem de erro seja maior do que a registrada em exercícios anteriores. Serão necessárias pelo menos 24 observações após a implantação das medidas para que a série possa ser reavaliada, o que compromete a acurácia das previsões nos próximos dois anos.

Para o IPVA e para o ITCMD, bem como para seus respectivos acessórios, cuja arrecadação conjunta representou 9,9% do total de Receitas Tributárias próprias em 2014, optou-se por aplicar, na previsão das receitas, a média de crescimento verificada no período 2011 a 2014 – excluídas receitas extraordinárias.

Despesa Pecatórios

Outro evento que afetará o equilíbrio das contas públicas refere-se a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF quanto a declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 62, de 2009.

Segundo a decisão, recentemente tomada pelo Superior Tribunal Federal em questão de ordem nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4357 e 4425, fica mantido parcialmente o regime especial criado pela Emenda Constitucional nº 62/2009, pelo período de cinco anos, contados a partir de janeiro de 2016.

Foi ainda fixado um novo índice de correção monetária (IPCA-E) e estabelecida a possibilidade de compensação de precatórios vencidos com o estoque de créditos já inscritos em dívida ativa.

Portanto, para os próximos exercícios financeiros, o Estado do Paraná deverá se enquadrar neste novo regramento até um novo entendimento da Superior Corte, haja vista que a decisão proferida possui caráter provisório.

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette, s/n | Centro Cívico | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil

Fone: (41) 3350 2400 | Fax: (41) 3252 2381 | 3254 7345 | 3254 4299 | www.pr.gov.br

Curitiba, 14 de abril de 2015.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D. 2

Em, 15 ABR. 2015

1º Secretário

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2016, que estima as Receitas de Recolhimento Centralizado e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, no valor aproximado de R\$ 41.722.017.420,00 (quarenta e um bilhões, setecentos e vinte e dois milhões, dezessete mil, quatrocentos e vinte reais), excluídas as transferências ao FUNDEB estimadas em R\$ 4.911.725.670,00 (quatro bilhões, novecentos e onze milhões, setecentos e vinte e cinco mil e seiscentos e setenta reais). É importante destacar que do valor da receita, R\$ 39.557.506.040,00 representam os 100% da receita do Tesouro Estadual, dos quais R\$ 8.360.278.080,00 (oito bilhões, trezentos e sessenta milhões, duzentos e setenta e oito mil e oitenta reais) se referem à parcela de Transferências Constitucionais aos Municípios, ficando um valor líquido de receita do tesouro para o Estado, de R\$ 31.197.227.960,00 (trinta e um bilhões, cento e noventa e sete milhões, duzentos e vinte e sete mil, novecentos e sessenta reais).

O Anteprojeto de Lei compõe-se de dez capítulos, compreendendo:

- I - as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II - a projeção e apresentação da receita para o exercício;
- III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV - a estrutura e organização dos orçamentos;
- V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- VIII - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- IX - disposições transitórias;
- X - demais disposições.

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DAP para providências.

Em, 15/04/2015

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

O Anteprojeto da LDO apresenta o ANEXO DE METAS FISCAIS, no qual são estabelecidas metas anuais para receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2016, 2017 e 2018. O Anexo de Metas Fiscais apresenta ainda uma avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício de 2014 e o demonstrativo das metas anuais de 2015.

O Anteprojeto da LDO apresenta ainda o ANEXO DE RISCOS FISCAIS, que traduz a possibilidade de riscos fiscais decorrentes das incertezas da economia.

O Poder Executivo ficará à disposição, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 283/15

Trata-se do Projeto de Lei nº 283/15, oriundo da Mensagem Governamental nº 177/15 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2016.

À Lei de Diretrizes Orçamentárias - L.D.O., para o exercício de 2016, foram apresentadas um total de 26 (vinte e seis) emendas, das quais foram acatadas 20 (vinte) e não acatadas 6 (seis) emendas.

As emendas acatadas, o foram face à sua absoluta compatibilidade com as disposições constitucionais e legais atinentes à matéria orçamentária, além de reforçarem as prerrogativas do Poder Legislativo quanto à fiscalização orçamentária.

Procurou-se incorporar ao texto todas aquelas Emendas que total ou parcialmente retratavam com fidelidade e valorizavam a função fiscalizadora desta Casa de Leis.

Desta maneira, o Substitutivo apresentado vem em consonância com as Constituições Federal e Estadual e já adaptada à Lei Complementar nº 101, de 2000 - "Lei de Responsabilidade Fiscal", dando continuidade ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, e sequência à política das contas públicas no Paraná.

Ao dar cumprimento às prescrições do referido diploma legal, a propositura reafirma nosso compromisso com a responsabilidade fiscal, traduzindo na intransigente defesa do êxito obtido no equilíbrio das contas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



públicas, reconhecimento fundamental para impulsionar o desenvolvimento do Paraná e do País, cuja superior finalidade é a de concretizar o interesse público, em consequência, melhorar as condições de vida e de trabalho de toda a comunidade.

Observadas tais premissas e diante da observância, pela LDO, das disposições legais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária, somos de parecer **FAVORÁVEL** à sua **APROVAÇÃO**, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 2015.


DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE


DEP. ELIO RUSCH
RELATOR









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE ORÇAMENTO

SUBSTITUTIVO GERAL DO PROJETO DE LEI Nº 283/2015

EMENTA: Dispõe sobre as diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2016.

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2016, compreendendo:

- I- as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II- a projeção e a apresentação da receita para o exercício;
- III- os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV- a estrutura e organização dos orçamentos;
- V- as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI- as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VII- as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- VIII- as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- IX- as disposições transitórias; e
- X- as demais disposições.

CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública Estadual, para o exercício de 2016, serão estabelecidas no Projeto de Lei do Plano Plurianual, relativo ao período de 2016 a 2019, que será encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa até 30 de setembro de 2015.

Parágrafo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em consonância com as metas e prioridades na forma do *caput* deste artigo.

Art. 3º No Projeto de Lei Orçamentária Anual, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no Plano Plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, e em municípios com menor relação de receita própria por habitante.

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page, including a large checkmark and the number 1.



CAPÍTULO II
DA PROJEÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DA
RECEITA PARA O EXERCÍCIO

Art. 4º A Receita de Recolhimento Centralizado, para o exercício de 2016, será apresentada no seu demonstrativo, com a previsão de 100% (cem por cento) do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, resultando em uma Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria Conjunta SOF/STN nº 01, de 10 de dezembro de 2014.

Art. 5º As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2016, estão estimadas no valor de R\$ 41.722.017.420,00 (quarenta e um bilhões, setecentos e vinte e dois milhões, dezessete mil, quatrocentos e vinte reais).

Art. 6º As receitas previstas no artigo anterior e consequentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, serão reestimadas por ocasião da elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2016.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à atualização dos valores constantes do Orçamento Geral do Estado de 2016, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2015, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e o respectivo índice de dezembro de 2015.

CAPÍTULO III
DOS CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 7º A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as transferências ao FUNDEB, as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, exceto a Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE.

I - PODER LEGISLATIVO 5,0%

II - PODER JUDICIÁRIO 9,5%



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



III - MINISTÉRIO PÚBLICO 4,1%

§ 1º Do percentual de 5,0% (cinco por cento) destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,9% (um vírgula nove por cento).

§ 2º A Defensoria Pública do Paraná, compreendendo seus Órgãos, Fundos e Entidades, terá como limite para elaboração de sua proposta orçamentária de 2016 e fixação de despesas com Recursos Ordinários do Tesouro Estadual o montante de até R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais).

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias através de programas, projetos e atividades, para garantir a alocação de recursos ao Orçamento Anual, objetivando à plena eficácia para manter e aprimorar programas junto a Defensoria Pública.

Art. 9º A proposta orçamentária será elaborada conforme as diretrizes, os objetivos e as metas estabelecidos na revisão anual do Plano Plurianual (2016-2019) e nesta Lei, observadas as normas da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 10º O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2016 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após a dedução dos recursos destinados:

- I - à transferência das parcelas da Receita de Recolhimento Centralizado, pertencentes aos municípios;
- II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos nos incisos do art. 7º desta Lei;
- III - ao pagamento de despesas com pessoal, encargos sociais e auxílios do Poder Executivo;
- IV - ao pagamento do serviço da dívida;
- V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o art. 205 da Constituição Estadual, com a Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná, com o Decreto Estadual nº 1.952, de 24 de outubro de 2003 e demais normas legais;
- VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo no mínimo a 30% (trinta por cento), da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos, de acordo com o art. 185 da Constituição Estadual;
- VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, regulamentada pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, correspondendo para 2016 a 12% (doze por cento) da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;
- IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;
- X - às contribuições do Estado ao Sistema de Seguridade Funcional, conforme legislação em vigor;
- XI - ao pagamento de sentenças judiciais;
- XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no art. 35 desta Lei; e
- XIII - ao PASEP, nos termos da Lei Federal nº 9.715, de 25 de novembro de 1999.

Art. 11. Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2016 à Assembleia Legislativa.

CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 12. Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes e o Orçamento de Seguridade Social discriminarão o programa de trabalho por:

- I- Unidade Orçamentária;
- II- Função;
- III- Subfunção;
- IV- Programa;
- V- Projeto, Atividade ou Operação Especial;
- VI- Categoria Econômica da Despesa;
- VII- Grupo de Despesa;
- VIII- Modalidade de Aplicação;
- IX- Grupo de Fontes.

§ 1º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função, a subfunção e o programa ao qual se vincula.

§ 2º Os conceitos de função, subfunção e programa, são aqueles dispostos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999 e Portaria SOF nº 54, de 04 de julho de 2011.

§ 3º Cada programa terá as ações necessárias para atingir os seus objetivos, identificadas sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, com as especificações dos valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela sua realização.

§ 4º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

[Assinaturas manuscritas e rubricas]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 5º Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o inciso VII deste artigo, constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme especificação a seguir:

DESPESAS CORRENTES

- Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais
- Grupo 2 - Juros e Encargos da Dívida
- Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

- Grupo 4 - Investimentos
- Grupo 5 - Inversões Financeiras
- Grupo 6 - Amortização da Dívida

§ 6º A Modalidade de Aplicação a que se refere o inciso VIII deste artigo destina-se a indicar a forma como os recursos serão aplicados pelas unidades orçamentárias e pode ser alterada de acordo com as necessidades de execução, observada a seguinte classificação:

- 20 - Transferências à União;
- 22 - Execução Orçamentária delegada à União;
- 30 - Transferências aos Estados e ao Distrito Federal;
- 31 - Transferências aos Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo;
- 32 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal;
- 35 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 36 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 40 - Transferências aos Municípios;
- 41 - Transferências aos Municípios – Fundo a Fundo;
- 42 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios;
- 45 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 46 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 50 - Transferências as Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
- 60 - Transferências as Instituições Privadas com Fins Lucrativos;
- 70 - Transferências as Instituições Multigovernamentais;
- 71 - Transferências aos Consórcios Públicos mediante contrato de rateio;
- 72 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos;
- 73 - Transferências aos Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- 74 - Transferências aos Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 75 - Transferências as Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 76 - Transferências as Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 80 - Transferências ao Exterior;
- 90 - Aplicações Diretas;
- 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- 93 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe;
- 94 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe;
- 95 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 96 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 99 - A definir (utilizado no Orçamento do Estado do Paraná apenas para caracterizar as despesas oriundas de emendas legislativas).

§ 7º Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o inciso IX deste artigo, constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOUREIRO – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;
- Fonte 103 - Receita Condicionada da Lei Complementar nº 87, de 1996;
- Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE;
- Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;
- Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;
- Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis;
- Fonte 109 - Recursos Provenientes de Percentual sobre a Venda de Bilhetes de Passagens Intermunicipais para ações voltadas à Criança e ao Adolescente;
- Fonte 110 - Recursos para Estatização das Serventias do Foro Judicial;
- Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- Fonte 113 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná – FUNESP/PR;
- Fonte 114 - Receita da Escola de Governo/SEAP;
- Fonte 115 - Receita Excedente dos Colégios Agrícolas;
- Fonte 119 - Recursos Provenientes de Depósitos Judiciais;
- Fonte 122 - Receita Provenientes do Programa Paraná Competitivo;
- Fonte 123 - Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN (Instituído pela Lei 4.955, de 1964, vinculada através da Lei nº 18.375, de 2014);
- Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública – FUNSAUDE;
- Fonte 125 - Venda de Ações e/ou Devolução de Créditos ou de Capital Subscrito/Integralizado ou não;
- Fonte 127 - Funda de Equipamento Agropecuário – FEAP (Instituído pela Lei nº 823, de 1951, vinculada através da Lei nº 18.375, de 2014);
- Fonte 128 - Funda de Reequipamento do Fisco – FUNREFISCO;
- Fonte 129 - Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD (Instituído pela Lei nº 17.244, de 2012, vinculada através da Lei nº 18.375, de 2014);
- Fonte 130 - Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FECON (Instituído pela Lei 14.975, de 2005, vinculada através da Lei 18.375, de 2014);
- Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social – Lei nº 11.091 de 16 de maio de 1995;
- Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;
- Fonte 134 - Fundo Estadual dos Direitos do Idoso (Instituído pela Lei 16.732, de 2010, vinculada através da Lei nº 18.375, de 2014);
- Fonte 135 - Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público – Fundo de Previdência;
- Fonte 138 - Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA (Instituído pela Lei nº 12.945, de 2000, vinculada através da Lei nº 18.375, de 2014);
- Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais – FDU;
- Fonte 144 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público – Funda Financeiro e Fundo Militar
- Fonte 146 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FRHI (Instituído pela Lei nº 12.726, de 1999, vinculada através da Lei nº 18.375, de 2014);
- Fonte 147 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal.

GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;
- Fonte 148 - Outros Convênios / Outras Transferências.

[Assinaturas manuscritas e rubricas]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



GRUPO 10 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE;
- Fonte 118 - Recursos Provenientes de Indenização da PETROBRAS;
- Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

GRUPO 15 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 120 - Operação de Crédito Interna;
- Fonte 142 - Operação de Crédito Externa.

GRUPO 95 – RECURSOS DE OUTRAS FONTES – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;
- Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;
- Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;
- Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro – FUNRESTRAN;
- Fonte 255 - Transferências da União – SUS;
- Fonte 256 - Reposição Florestal – SERFLOR;
- Fonte 257 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas à Entidades da Administração Indireta por Determinação Legal;
- Fonte 258 - Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada;
- Fonte 270 - Aumento de Capital Social;
- Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;
- Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências.

Art. 13. O Orçamento de Investimento abrangerá as empresas estatais independentes nas quais o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto, e dele constarão todos os investimentos a serem realizados, independentemente da fonte de financiamento utilizada, indicando em seu programa de trabalho a discriminação da despesa destacada por projeto/atividade, segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como, na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento do Projeto da LDO de 2016 à Assembleia Legislativa.

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page, including a large signature and the number 8.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, a criação de novas fontes de qualquer grupo de fontes de recursos, inclusive as decorrentes de alterações de legislação ou de Operações de Crédito efetivadas após o encaminhamento do Projeto da LDO de 2016 à Assembleia Legislativa, dando ciência à Assembleia Legislativa.

Art. 16. O Programa de Obras será apresentado no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no § 7º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo único. As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, devendo ser identificadas no Anexo V pelo Indicativo (A) em andamento.

Art. 17. O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no inciso III do art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, conterá:

- I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado, metas fiscais para o exercício de 2016, o quadro resumo do saldo devedor da dívida pública consolidada e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;
- II - texto da Lei;
- III - Anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros-resumo das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;
- IV - Anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- V - Anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere os incisos I e II do § 6º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná;
- VI - Anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o inciso III do § 6º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná;
- VII - Anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no § 7º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná;
- VIII - Anexo VI contendo o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais, no que se refere ao:
 - a. Poder Legislativo;
 - b. Poder Judiciário;
 - c. Ministério Público;
 - d. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público;
 - e. Ações e Serviços Públicos de Saúde; e
 - f. Ciência e Tecnologia.

[Assinaturas manuscritas e rubrica]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- IX - Anexo VII - contendo o Orçamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado;
- X - Anexo VIII - contendo as proposições parlamentares relativas as emendas à despesa que será incluído por ocasião da tramitação do projeto da Lei Orçamentária na Assembleia Legislativa;
- XI - Anexo IX - contendo as proposições parlamentares relativas as emendas ao conteúdo programático que será incluído por ocasião da tramitação do projeto da Lei Orçamentária na Assembleia Legislativa;
- XII - Anexo X - contendo os cancelamentos efetuados para suportarem as emendas à despesa que será incluído por ocasião da tramitação do projeto da Lei Orçamentária na Assembleia Legislativa; e
- XIII - Anexo XI - contendo as proposições parlamentares relativas as emendas coletivas que será incluído por ocasião da tramitação do projeto da Lei Orçamentária na Assembleia Legislativa.

CAPÍTULO V
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO

Art. 18. A elaboração do Projeto de Lei, a sua aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2016, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo o acesso da sociedade às informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como, levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá estabelecer programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 19. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, conforme estabelece o art. 168 da Constituição Federal.

Art. 20. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, o Poder Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder Legislativo e Judiciário e do Ministério Público e Defensoria Pública.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público e a Defensoria Pública o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 21. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário do Ministério Público e da Defensoria Pública serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 11 de setembro de 2015, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Parágrafo único. No caso dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública não apresentarem suas propostas orçamentárias até o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a lançar os valores dentro dos limites fixados, utilizando como base a Lei Orçamentária do exercício anterior.

Art. 22. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário do Ministério Público e da Defensoria Pública, não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites estabelecidos nesta Lei, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 23. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda - AGE/SEFA.

Art. 24. Na programação da despesa não poderão ser:

- I- fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II- incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;
- III- incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do § 3º do art. 167 da Constituição Federal e do § 2º do art. 135 da Constituição Estadual;
- IV- classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;
- V- incluídas em Projetos ou Atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;
- VI- fixadas despesas com valores simbólicos;
- VII- incluídas despesas decorrentes de "transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual", ou seja, de transferências dentro da mesma esfera de Governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 25. As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente às despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

[Assinaturas manuscritas e o número 11]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Parágrafo único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 26. As unidades da administração indireta, deverão programar em seus orçamentos, recursos para pagamento de PASEP com recursos próprios, no mínimo no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor da sua receita própria, ou seja, da sua receita diretamente arrecadada.

Art. 27. Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades; para evitar duplicidade, esses recursos serão apenas demonstrados na sua totalidade, como repasses de Recursos do Tesouro Estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 28. O Orçamento Fiscal conterá Projetos/Atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado para compor o seu Orçamento de Investimento.

Art. 29. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, conterá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 30. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019.

Art. 31. As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais correrão a conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais, especificadas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos e na Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da SEFA.

§ 1º As unidades da administração indireta que tenham sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor, deverão programar em seus orçamentos o valor dos mesmos com recursos próprios.

§ 2º Os Órgãos e as Unidades encaminharão a Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais, criada pela resolução conjunta SEFA/PGE nº001/2003, até o dia 20 de julho de 2015, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2015, para serem incluídos no orçamento de 2016, especificando:

- I- número da ação originária;
- II- número do precatório;
- III- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- VI- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2015, conforme o § 5º do art. 98 da Constituição do Estado do Paraná);
- VII- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

§ 3º A atualização monetária dos precatórios, determinada no § 12 do art. 100 da Constituição Federal, inclusive em relação às causas trabalhistas, previdenciárias e de acidente do trabalho, observará, no exercício de 2016, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial - IPCA-E do IBGE.

Art. 32. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão/Unidade celebrante do contrato.

§ 1º A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação, todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, será realizada no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações posteriores, na Portaria nº 339 STN, de 29 de agosto de 2001 e no Decreto Estadual nº 5.975, de 22 de julho de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 33. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, por órgão, unidade, espécie e por fontes.

Art. 34. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta, dos Fundos e das Universidades e Faculdades Estaduais do Poder Executivo, para atender programas prioritários de Governo.

Art. 35. A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência no montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 36. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016, conterá autorizações para abertura de créditos adicionais do Poder Executivo até o limite percentual de 7% (sete por cento) do valor global da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320, de 1964 excetuando-se as situações previstas no referido projeto de lei.

Art. 37. Na Lei Orçamentária Anual, as despesas com amortizações, juros e demais encargos da dívida serão fixados com base nas operações contratadas ou com autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária à Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará juntamente com a proposta



orçamentária para 2016:

- 1 – quadro detalhado de cada operação de crédito, incluindo credor, taxa de juros, sistemática de atualização e cronograma de pagamento do serviço da dívida;
- 2 – quadro demonstrativo da previsão de pagamento do serviço da dívida para 2016, incluindo modalidade de operação, valor do principal, juros e demais encargos.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de agosto de 2015, em especial:

- I- as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II- a concessão e redução de isenções fiscais;
- III- a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e
- IV- aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 2º Do cálculo da Receita Corrente Líquida, serão excluídos os valores referentes aos diferimentos ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina inciso I do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES, COM BASE NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Art. 39. No exercício financeiro de 2016, as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e Ministério Público, assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com inciso II do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- a) 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;
- b) 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Judiciário;

[Assinaturas manuscritas]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- c) 49% (quarenta e nove por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Executivo, incluindo a Defensoria Pública;
- d) 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Ministério Público Estadual.

§ 3º As contratações de pessoal e movimentações de quadros que impliquem em alterações salariais ou incremento de despesas de que trata o § 1º do art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ocorrer se houver recursos orçamentários suficientes e se forem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 40. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo, será estabelecido dentro de um limite de gasto considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DE
OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 41. O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício, não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento, conforme determina o § 2º do art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 42. As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que, o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2016, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida do Estado.

Art. 43. As receitas provenientes das Operações de Crédito em negociação serão incorporadas à receita prevista do Plano Plurianual – PPA 2016 – 2019 e, por consequência, na Lei Orçamentária Anual – LOA para 2016.

Art. 44. A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

- I- impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de crédito ao pequeno e médio empreendedor agrícola, industrial e comercial;
- II- ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso às formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- III- fomentar investimentos em atividades produtivas setoriais;
- IV- prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;
- V- promover a recuperação dos ativos sob sua custódia;
- VI- fomentar e apoiar projetos destinados à implantação e desenvolvimento de iniciativas econômicas de natureza solidária, cooperativa e participativa, nas áreas de produção, distribuição e consumo;
- VII- fomentar a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, a estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e à geração de empregos;
- VIII- à participação do Estado na implantação de sistema de transporte rápido de massa;
- IX- fomentar investimentos e apoiar projetos regionais voltados à melhoria e à consolidação da infraestrutura rodoviária, aeroportuária, ferroviária e aquaviária do Estado;
- X- os empréstimos e financiamentos concedidos pela Agência de Fomento, deverão garantir, no mínimo a remuneração dos custos operacionais e de administração dos recursos, assegurando sua auto sustentabilidade financeira, ressalvados os casos disciplinados por legislação específica.

§ 1º A Agência de Fomento do Paraná observará, nos financiamentos concedidos, as políticas de redução das desigualdades sociais e regionais, de geração de emprego e renda, de preservação e melhoria do meio ambiente, de incentivo ao aumento da participação de fontes de energias renováveis na Matriz Energética Paranaense, de ampliação e melhoria da infraestrutura e crescimento, modernização e ampliação da competitividade do parque produtivo paranaense, das atividades comerciais e de serviço sediados no Estado, do turismo e do agronegócio, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico.

§ 2º A concessão de operações de crédito com os Municípios ou quaisquer entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública Municipal fica condicionada à outorga de garantias, na forma estabelecida pela agência financeira oficial de fomento.

CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 45. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

CAPÍTULO X
DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 46. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas em conformidade com o disposto no art. 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000.

[Assinaturas manuscritas] 16



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 1º Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da administração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

§ 2º Não poderão ser canceladas dotações com recursos próprios (fontes 250 a 284), exceto quando se tratar de remanejamento de recursos dentro da unidade arrecadadora.

§ 3º Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 47. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária Anual até 31 de dezembro de 2015, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante, para o atendimento das seguintes despesas:

- I- Pessoal e Encargos Sociais;
- II- Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, por repartição de receitas;
- III- Serviços da Dívida;
- IV- PASEP;
- V- Precatórios; e
- VI- Demais Despesas, à razão de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Art. 48. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de vinte dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no art. 6º desta Lei.

Art. 49. As transferências voluntárias de recursos do Estado para os Municípios, a título de cooperação, auxílios ou assistência financeira, dependerão da comprovação, por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que se encontra em conformidade com o disposto no art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 50. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar, por meio de programas, projetos e atividades, a alocação de recursos ao Orçamento Anual, objetivando a plena eficácia de políticas públicas, voltadas ao combate do trabalho infantil (prevenção e erradicação), a proteção à criança em situação de risco como forma de enfrentamento à violência e a profissionalização de adolescentes.

Art. 51. Observando o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, caso seja necessário proceder a limitação de empenho e movimentação financeira, para cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, o percentual de redução deverá incidir sobre o total de atividades e sobre o de projetos, separadamente, calculado de forma proporcional à participação de cada Poder e do Ministério Público e a Defensoria Pública, excluídas as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 52. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar, por meio de programas, projetos e atividades, a alocação de recursos ao Orçamento Anual, objetivando a plena eficácia de políticas públicas voltadas ao Centro de Referência no combate e na proteção da mulher em situação de risco, como forma de enfrentamento à violência.

Art. 53. A destinação de recursos orçamentários às Entidades Privadas sem fins lucrativos deverá observar o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 54. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar, por meio de programas, projetos e atividades, reforço de dotação na Secretaria de Estado da Educação, no programa Renova Escola para melhoria da infraestrutura física das Escolas Públicas Estaduais do Paraná.

Art. 55. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias, para consignar no Orçamento de 2016, na programação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, reforço de dotação para o Projeto Paraná sem Lixões, provenientes do excesso de arrecadação da Receita com Impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 56. Integram a presente Lei, de acordo com o disposto no art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Parágrafo único. Ficam as Metas Fiscais relativas ao exercício financeiro de 2015 alteradas conforme o Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.

Art. 57. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar por meio de programas, projetos e atividades, recursos ao Orçamento Anual, objetivando a plena eficácia de políticas públicas voltadas a criar, manter e aprimorar programas e mecanismos de atendimento a pessoa com necessidades especiais e aos idosos, facilitando-lhes os acessos a educação, trabalho, moradia e saúde proporcionando o desenvolvimento pessoal e familiar.

Art. 58. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar por meio de programas, projetos e atividades, recursos ao Orçamento Anual, objetivando a plena eficácia de políticas públicas voltadas a proporcionar meios de incentivo para a produção industrial do Estado.

Art. 59. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 60. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 61. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar por meio de programas, projetos e atividades, recursos ao Orçamento Anual, objetivando a plena eficácia de políticas públicas voltadas a proporcionar meios de incentivo para Agricultura Familiar.

Art. 62. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias através de

[Handwritten signature]

[Handwritten number 12]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



Informação

Informo que a Comissão de Orçamento procedeu a substituição da página 32, conforme despacho às fls. 64, do Projeto de Lei nº 283/2015, de autoria do Poder Executivo..

Curitiba, 6 de julho de 2015.

Maria Henrique de Paula
Mat. 40.668

1. De acordo;
2. Retorne-se à Diretoria de Assistência ao Plenário para inclusão na Ordem do Dia.

Dylliardi Alessi
Diretor Legislativo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



programas, projetos e atividades, recursos e operações de crédito aos municípios para atender as demandas micro e mesoregionais, que contemplem uma integralização nas regiões do Paraná.

Art. 63. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar por meio de programas, projetos e atividades, a alocação de recursos ao Orçamento Anual, objetivando a plena eficácia de políticas públicas voltadas a proporcionar meios de incentivo para Regularização Fundiária.

Art. 64. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar por meio de programas, projetos e atividades, recursos ao Orçamento Anual, objetivando a plena eficácia de proporcionar meios de incentivo para implementação do Palcoparaná.

Art. 65. Fica o Poder Executivo autorizado a implementar estratégias integradas para o desenvolvimento da infra-estrutura de transporte multimodal do Estado, criando condições para o bom andamento das atividades produtivas e para inclusão de áreas de baixo desenvolvimento humano na malha de produção do Estado.


Art. 66. Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos para incentivo do Transporte Urbano para as Regiões Metropolitanas.

Art. 67. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 2015.


DEPUTADO NEREU MOURA

Presidente


DEPUTADO ELIO RUSCH

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



ANEXO I - METAS FISCAIS

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

A execução orçamentária do exercício de 2014 obedeceu aos critérios para liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 10.406, de 18 de março de 2014. No referido exercício deu-se continuidade ao processo de Programação Orçamentária, via Sistema e-COP, onde as unidades da administração direta, indireta, empresas dependentes e fundos, alimentaram seus pleitos trimestrais, dentro de tetos estabelecidos de acordo com as projeções da receita e as prioridades de governo. As liberações financeiras foram realizadas segundo as disponibilidades do Tesouro do Estado, em decorrência do efetivo ingresso das Receitas.

As Despesas não Financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um acréscimo de 17,74%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não Financeiras e Despesas não Financeiras, a meta do Resultado Primário realizado no exercício, decresceu 139,93%.

As Tabelas 1 e 2 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2012 a 2014 e reprogramadas para 2015:

Tabela 1 - METAS FISCAIS 2012-2015 - Preços Correntes

DISCRIMINAÇÃO	em R\$ 1000			
	2012	2013	2014	2015 (1)
I. Resultado Primário Fixado na LDO	981.537	1.136.622	2.339.690	4.128.071
II. Resultado Primário Obtido	634.392	2.909.031	-934.245	-569.529
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	-347.145	1.772.409	-3.273.935	-4.697.600
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	671.371	700.243	986.004	246.739
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-1.655.317	2.131.034	1.033.479	1.276.141
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-2.326.688	1.430.791	47.475	1.029.402

Fonte: SEFA

(1) Reprogramado

(2) O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal

[Assinaturas manuscritas e rubricas]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Tabela 2 - METAS FISCAIS 2012-2015 - Preços Constantes

DISCRIMINAÇÃO	em R\$ 1000			
	2012	2013	2014	2015 (1)
I. Resultado Primário Fixado na LDO	1.170.782	1.280.960	2.489.664	4.128.071
II. Resultado Primário Obtido	756.706	3.278.444	-994.130	-569.529
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	-414.076	1.997.485	-3.483.794	-4.697.600
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	800.814	789.166	1.049.207	246.739
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-1.974.470	2.401.651	1.099.725	1.276.141
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-2.775.284	1.612.485	50.518	1.029.402

Fonte: SEFA

(1) Reprogramado

(2) O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal

2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A Tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2012 a 2018.

Tabela 3 - INDICADORES ECONÔMICOS PARA O PERÍODO DE 2012-18

VARIÁVEIS	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIB do Brasil (variação %)	0,90%	2,28%	0,00%	-0,70%	1,40%	2,00%	2,30%
PIB do Paraná (variação %)	0,90%	5,01%	0,80%	1,00%	3,00%	3,50%	3,50%
Inflação (IPCA) (variação %)	5,84%	5,91%	6,41%	8,16%	5,64%	5,16%	5,02%
Taxa de Câmbio final do ano (R\$/US\$)	2,04	2,27	2,65	3,20	3,20	3,17	3,24

Fonte: IBGE, Banco Central, IPARDES/SEPL

As Tabelas 5 e 6 apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2015 a 2018, a preços correntes e constantes de 2015.

[Assinaturas manuscritas]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Tabela 4- METAS FISCAIS -
2015-18

Preços Correntes

DISCRIMINAÇÃO	2015		2016		2017		2018	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITA NÃO FINANCEIRA	44.302.436	13,17%	46.490.015	12,72%	50.657.991	12,73%	53.994.031	12,48%
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	44.871.965	13,34%	49.316.008	13,49%	51.936.086	13,05%	54.203.594	12,53%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-569.529	-0,17%	-2.825.993	-0,77%	-1.278.094	-0,32%	-209.564	-0,05%
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	16.440.893	4,89%	17.743.714	4,85%	19.066.016	4,79%	20.156.467	4,66%
V. RESULTADO NOMINAL	1.276.141	0,38%	1.302.821	0,36%	1.322.302	0,33%	1.090.451	0,25%

Fonte: SEFA

Tabela 5 - METAS FISCAIS - 2015-
18

Preços
Constantes

DISCRIMINAÇÃO	2015		2016		2017		2018	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITA NÃO FINANCEIRA	44.302.436	13,17%	41.981.188	10,37%	43.500.317	9,39%	43.450.231	8,08%
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	44.871.965	13,34%	40.520.064	10,01%	44.597.824	9,62%	43.618.872	8,12%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-569.529	-0,17%	-2.551.915	-0,63%	-1.097.507	0,24%	-168.641	0,03%
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	16.440.893	4,89%	16.022.843	3,96%	16.372.101	3,53%	16.220.370	3,02%
V. RESULTADO NOMINAL	1.276.141	0,38%	1.176.467	0,29%	1.135.469	0,25%	877.511	0,16%

Fonte: SEFA

3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir, apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2012 a 2014. O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

[Assinaturas manuscritas]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Tabela 6 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	2013	2014
ATIVO FINANCEIRO	6.302.294	5.925.899	4.800.833
ATIVO PERMANENTE	20.361.352	22.655.537	25.837.457
SOMA DO ATIVO REAL	26.663.646	28.581.436	30.638.291
PASSIVO FINANCEIRO	5.207.384	5.361.541	4.317.667
PASSIVO PERMANENTE	19.015.025	20.038.667	21.716.511
SOMA DO PASSIVO REAL	24.222.409	25.400.208	26.034.178
SALDO PATRIMONIAL	2.441.237	3.181.227	4.604.113

Fonte : SEFA

Pelo Balanço Patrimonial do Estado do Paraná constata-se o valor Patrimônio Líquido no encerramento de cada exercício. Em 2012, houve Ativo Real Líquido de R\$ 2.441,2, milhões, decorrentes da diferença entre o Ativo Real de R\$ 26.663,6 milhões e o Passivo Real de R\$ 24.222,4 milhões. Em 2013, ocorreu Ativo Real Líquido de R\$ 3.181,2 milhões, oriundos da diferença entre o Ativo Real de R\$ 28.581,4 milhões e o Passivo Real de R\$ 25.400,2 milhões. Em 2014, ocorreu igualmente Ativo Real Líquido de R\$ 4.604,1 milhões, oriundos da diferença entre o Ativo Real de R\$ 30.638,2 milhões e o Passivo Real de R\$ 26.034,1 milhões.

Na evolução do Patrimônio Líquido do período, de 2012 para 2013, houve uma variação positiva de R\$ 739.990,3 milhões produzindo Patrimônio Líquido positivo. De 2013 para 2014 houve uma variação positiva de R\$ 1.422.885,8 milhões, produzindo novo Patrimônio Líquido positivo. Considerando o período de 2012 a 2014, houve uma variação credora positiva que determinou o total favorável de R\$ 2.162.876,2 milhões representando o Patrimônio Líquido do Estado.

4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná

Os resultados da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná - RPPS são apresentados na Nota Técnica NT/ATUÁRIA nº 22/2014 e levam em consideração a reestruturação dos Fundos Previdenciários do Estado do Paraná estabelecidos pela Lei Estadual nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012. Os resultados dimensionam os compromissos com benefícios previdenciários dos Fundos, em específico verificar o equilíbrio financeiro e atuarial do FUNDO DE PREVIDÊNCIA, integrante do Plano Previdenciário, que tem finalidade de acumulação de recursos necessários para o pagamento dos compromissos do Plano.

[Assinaturas manuscritas]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Os cálculos elaborados levam em consideração os parâmetros atuariais mínimos e máximos estabelecidos pela Portaria MPS nº403/2008 e demais orientações legislativas sobre a matéria, em especial a Constituição Federal e a Lei Federal nº9.717/1998.

Os segurados ativos, aposentados e pensionistas são segregados nos Fundos Previdenciários constituídos pela Lei PR nº17.435/2012, FUNDO DE PREVIDÊNCIA, FUNDO FINANCEIRO e FUNDO MILITAR, conforme critérios descritos a seguir:

FUNDO DE PREVIDÊNCIA - FP: servidores ativos que ingressaram ou venham a ingressar no serviço público estadual posteriormente a 31/12/2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº41, e inativos e pensionistas que em 21/12/2012, data da publicação da Lei PR nº17.435, eram segurados do FUNDO DE PREVIDÊNCIA.

FUNDO FINANCEIRO - FF: servidores ativos que ingressaram no serviço público estadual anteriormente a 31/12/2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº41, e inativos e pensionistas que em 21/12/2012, data da publicação da Lei PR nº17.435, eram segurados do FUNDO FINANCEIRO.

FUNDO MILITAR - FM: todos os militares do Estado e seus dependentes.

BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA

Item	Valores (R\$)
Total de Encargos (1)	49.500.062.833,66
Total de Receitas (2)	41.817.578.616,83
Reserva Matemática (3)=(1)-(2)	7.682.484.216,83
Ativos Financeiros (4)	7.327.384.608,59
Parcelamento de Débitos Previdenciários (5)	593.248.545,69
Total de Ativos (6)=(4)+(5)	7.920.633.154,28
Resultado Atuarial (7)=(6)-(3)	238.148.937,45

Conforme critérios estabelecidos em Lei, o FUNDO DE PREVIDÊNCIA promove a cobertura a 77.841 servidores ativos e a 13.763 inativos e pensionistas, o que gera um total de 91.604 segurados.

Conforme prevê a Lei Estadual nº 17.435/2012, este Fundo é financiado pelo regime de capitalização e os valores expressos levam em consideração a taxa de desconto atuarial de 5,50% ao ano, estabelecida como meta atuarial neste exercício.

O valor presente do total das obrigações do FUNDO DE PREVIDÊNCIA é de R\$ 49,5 bilhões e o valor presente do total das receitas previstas, com base no plano de custeio, é de R\$ 41,8 bilhões, o que resulta em uma Reserva Matemática projetada de R\$ 7,7 bilhões.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



O total de recursos financeiros já capitalizados e segregados para composição do FUNDO DE PREVIDÊNCIA é de R\$ 7,9 bilhões. O resultado técnico da Avaliação Atuarial apresenta Equilíbrio Técnico do Plano Previdenciário reestruturado, com superávit na ordem de R\$ 238 milhões. Este equilíbrio atuarial decorre de todo o plano contributivo ao Fundo e pelo sistema projetado de custeio Adicional e Suplementar a encargo do Estado.

2. FUNDO FINANCEIRO - FF: servidores ativos que ingressaram no serviço público estadual anteriormente a 31/12/2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, e inativos e pensionistas que em 21/12/2012, data da publicação da Lei Estadual nº 17.435/2012, eram segurados do FUNDO FINANCEIRO.

BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO FINANCEIRO

Item	Valores (R\$)
Total de Encargos (1)	202.253.623.345,56
Total de Receitas (2)	16.307.455.217,02
Insuficiência Financeira (3)=(1)-(2)	185.946.168.128,54

O FUNDO FINANCEIRO possui 135.830 segurados, sendo 60.769 ativos e 75.061 inativos e pensionistas. Os custos totais dos compromissos deste Fundo, ao longo do tempo, por ser financiado por repartição simples e conforme orientação do Ministério da Previdência Social - MPS são avaliados sem considerar a taxa de desconto atuarial e possuem o valor presente de R\$ 202,3 bilhões, que comparando-se com o total das receitas contributivas previstas de R\$ 16,3 bilhões, resulta em uma Insuficiência Financeira de R\$ 185,9 bilhões.

Pelo mecanismo de financiamento deste Fundo, tais valores representam o total de aportes futuros necessários, que o Tesouro Estadual deverá fazer ao longo do tempo, para complementação da folha de benefícios dos segurados deste Fundo.

3. FUNDO MILITAR - FM: todos os militares do Estado e seus dependentes.

Com base na legislação citada, no cadastro de segurados e nos parâmetros atuariais utilizados, foram obtidos os seguintes valores representativos da situação atuarial do FUNDO MILITAR:

BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO MILITAR

Item	Valores (R\$)
Total de Encargos (1)	141.895.540.832,45
Total de Receitas (2)	27.142.180.447,50
Insuficiência Financeira (3)=(1)-(2)	114.753.360.384,95



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



São segurados deste Fundo 37.055 militares do Estado, sendo 19.643 ativos e 17.412 inativos e pensionistas. Os compromissos do Fundo Militar, também são avaliados sem considerar taxa atuarial e possuem o valor presente de R\$ 141,9 bilhões, que deduzindo-se do total das receitas contributivas previstas de R\$ 27,1 bilhões, resulta em uma Insuficiência Financeira de R\$ 114,8 bilhões.

O FUNDO MILITAR também é financiado por repartição simples, e os valores representam os aportes necessários para complementação da folha de benefícios dos segurados do Fundo ao longo do tempo.

COMENTÁRIOS FINAIS

De certa forma, projeções e avaliações atuariais na Previdência Funcional, pela própria natureza dos elementos que compõem as hipóteses atuarias, caracterizam-se como uma projeção futura extremamente sensível, mesmo amparada por técnicas atuariais sustentáveis. No entanto, estas projeções possibilitam o dimensionamento dos compromissos previdenciários da Entidade e indicam os procedimentos necessários ao custeio destas obrigações.

Ressalta-se que o conceito de solvência desenvolvido e constante na Lei estadual nº 17.435/2012, e o acompanhamento da aderência das hipóteses atuariais, constituem-se como aspectos fundamentais na elaboração deste plano de capitalização reestruturado e, por isso mesmo, devem ser alvo de contínuo acompanhamento e validação.

Por último, ressalta-se que a PARANAPREVIDÊNCIA, como único órgão gestor da previdência do Estado do Paraná, constitui-se como a Entidade competente para a gestão dos Fundos Previdenciários constituídos pela reestruturação da previdência social do Estado.

5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), estabeleceu o Demonstrativo de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de Receita ou Redução de outra Despesa de Caráter Continuado.

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem, para o ente público, a obrigação legal de sua execução por um período superior a dos exercícios, de acordo com o art. 17 da Lei Complementar nº 101/00.

Estas despesas, por apresentarem caráter de acréscimo permanente, somente poderão ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2016.

[Assinaturas manuscritas e rubrica]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



TABELA 07 - SALDO DA MARGEM DE EXPANSÃO - 2016

EVENTOS	Valor Previsto
Aumento Permanente da Receita	2.179.627
(-) Transferências Constitucionais	580.447
(-) Transferências ao FUNDEB	237.196
Saldo	1.361.984
Despesas Comprometidas	1.361.985
Margem de Expansão	0

[Handwritten signatures and initials]



ANEXO II – RISCOS FISCAIS

Considerando que a finalidade primordial do Estado é promover o bem estar das pessoas, exercendo de forma eficaz, eficiente e efetiva a atividade financeira que lhe compete, captando, gerindo e despendendo recursos.

Considerando que as obrigações financeiras do Estado apresentam-se como um ramo da atividade financeira do Estado que engloba os compromissos governamentais destinados ao funcionamento da Administração Pública.

Considerando que os riscos fiscais podem ser entendidos como os riscos provenientes das obrigações financeiras do Estado.

O art. 4.º, § 3.º, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, determina que a Lei de Diretrizes contemple o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências, caso se concretize.

O presente Anexo elenca os riscos fiscais e passivos contingentes que possam afetar as contas públicas do Paraná no período a que se refere a LDO 2016.

RISCOS FISCAIS NA RECEITA

Verificou-se, na aplicação do modelo, a necessidade de reavaliar os valores aprovados para Orçamento 2015 – Lei 18409/2014 de 29/12/2014. O impacto desta reavaliação é uma redução de 3,2% no valor previsto para a rubrica Receitas Correntes. Este ajuste representa R\$ 925,6 milhões a menos no total das Receitas Correntes em comparação com o valor inicial do Orçamento – cujos valores não seguiram as projeções realizadas pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA.

Nesta revisão estão incluídos os impactos da Lei 18.371/2014 (ICMS - R\$ 1,0 bilhão; IPVA - R\$ 633,0 milhões), do reajuste dos preços administrados – energia elétrica e combustíveis (ICMS - R\$ 1,53 bilhão) e da prorrogação do recolhimento decendial.

Levando-se em consideração que tais ações têm por objetivo causar um impacto permanente na arrecadação de tributos, para concluir esta previsão foram utilizados os percentuais de crescimento apontados pelo modelo para o período 2016 a 2019, tomando-se por base os valores de 2015. Percebe-se um forte crescimento na rubrica IPVA 100%, impulsionado pela Lei 18.371/2014. A partir de 2016 o crescimento da estimativa de arrecadação de IPVA retoma seu curso normal, o qual inclui a renovação da frota e a atualização dos preços de veículos usados.

Contudo, para a estimativa de ICMS 100% do exercício 2016, ainda foi necessário recalcular o impacto da Lei 18.371/2014, pois sua eficácia trouxe reflexos para a arrecadação a partir do mês de maio/2015. Desta forma, o impacto residual da legislação foi de um incremento estimado em R\$ 539,3 milhões. Em contrapartida foram deduzidos da arrecadação do exercício R\$ 439,0 milhões relativos aos recolhimentos decendiais, cujo término se dará em dezembro/2015, transferindo este montante para 2015. Como resultado há um crescimento irregular do ICMS no período 2015 a 2017.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Como houve um número significativo de alterações é de se esperar que a margem de erro seja maior do que a registrada em exercícios anteriores. Serão necessárias pelo menos 24 observações após a implantação das medidas para que a série possa ser reavaliada, o que compromete a acurácia das previsões nos próximos dois anos.

Para o IPVA e para o ITCMD, bem como para seus respectivos acessórios, cuja arrecadação conjunta representou 9,9% do total de Receitas Tributárias próprias em 2014, optou-se por aplicar, na previsão das receitas, a média de crescimento verificada no período 2011 a 2014 – excluídas receitas extraordinárias.

Despesa

Precatórios

Outro evento que afetará o equilíbrio das contas públicas refere-se a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF quanto a declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 62, de 2009.

Segundo a decisão, recentemente tomada pelo Superior Tribunal Federal em questão de ordem nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4357 e 4425, fica mantido parcialmente o regime especial criado pela Emenda Constitucional nº 62/2009, pelo período de cinco anos, contados a partir de janeiro de 2016.

Foi ainda fixado um novo índice de correção monetária (IPCA-E) e estabelecida a possibilidade de compensação de precatórios vencidos com o estoque de créditos já inscritos em dívida ativa.

Portanto, para os próximos exercícios financeiros, o Estado do Paraná deverá se enquadrar neste novo regramento até um novo entendimento da Superior Corte, haja vista que a decisão proferida possui caráter provisório.



REQUERIMENTO



REQUER A RETIRADA DA ORDEM DO DIA, DO PROJETO DE LEI Nº 283/15, ITEM 09 DA PAUTA, POR 2 (DUAS) SESSÕES.

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e nos termos do Art. 158 do Regimento Interno, Requer, após ouvido o Douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 283/15, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária do exercício financeiro de 2016, item 09 da Ordem do Dia, por 2 (duas) sessões.

Curitiba, em 1 de julho de 2015.


DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
LÍDER DO GOVERNO



COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Devido a um erro na folha 3 (três) no Projeto de Lei nº 283/15 – Lei de Diretrizes Orçamentárias exercício 2016, o mesmo retornou a esta comissão para a devida correção e segue para o trâmite normal.



NEREU MOURA
Presidente da Comissão



ELCIO RUSCH
Relator





TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROJETO DE LEI

472/2015

Súmula: Reajusta as tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro judicial e extrajudicial, a partir de 1º de maio de 2015.

Art. 1º Os valores dos vencimentos básicos dos servidores dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná constantes no Anexo III, Tabelas 1, 2, 3 e 4, Anexo VIII, Tabelas 1, 2, 3 e 4 e Anexo IX da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010 e no Anexo I, tabelas 1 e 2 da Lei nº 17.532, de 09 de abril de 2013, alterados pelas Leis nº 18.116, de 23 de junho de 2014, e nº 18.142, de 04 de julho de 2014, ficam reajustados no percentual de 8,17% (oito vírgula dezessete por cento), a partir de 1º de maio de 2015, de conformidade com o Anexo I, II e III desta Lei.

Art. 2º São reajustados no mesmo percentual e a partir da mesma data constante no art. 1º desta Lei:

I - os valores dos encargos especiais constantes nas Tabelas 1 e 2 do Anexo da Lei nº 17.250/2012 e das funções comissionadas constantes no Anexo I e III da Lei nº 17.474/2013, e no Anexo I da Lei nº 17.257/2012, de conformidade com o Anexo IV desta Lei;

II - os valores correspondentes à Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, conforme disposto nos artigos 22 e 24 da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010;

III - os proventos de aposentadoria e os benefícios de pensão dos servidores do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, concedidos com fundamento no art. 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 2º da mesma Emenda Constitucional, regulamentados pela Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004;

IV - os proventos de aposentadoria e os benefícios de pensão dos servidores pertencentes aos Quadros do Foro Judicial que permanecem regidos pela Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, de conformidade com o Anexo V desta Lei.

V - os valores básicos dos proventos dos serventuários aposentados do foro extrajudicial previstos no Anexo I da Lei nº 15.048, de 5 de abril de 2006 e alterações posteriores, de conformidade com o Anexo VI desta Lei.

Art. 3º As gratificações de função de Chefe de Secretaria, Supervisor de Secretaria, Assistente da Direção do Fórum e Assistente do Plantão Judiciário de 1º Grau, ficam reajustadas no mesmo percentual e a partir da mesma data constante do art. 1º desta Lei, dando-se nova redação aos incisos I, II, III e IV do art. 6º da Lei nº 17.532, de 09 de abril de 2013, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º. ...

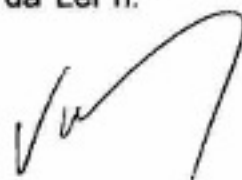
I – Chefe de Secretaria, no valor de R\$ 1.836,35 (um mil oitocentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos)

II – Supervisor de Secretaria, no valor de R\$ 612,11 (seiscentos e doze reais e onze centavos);

III – Assistente da Direção do Fórum, no valor de R\$ 540,85 (quinhentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos);

IV - Assistente do Plantão Judiciário de 1º Grau, que será remunerado no valor mensal de até R\$ 1.622,55 (um mil seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta e cinco centavos), calculados por dia de efetivo exercício de plantão, nos termos do Decreto Judiciário que regulamentará o seu pagamento."

Art. 4º O reajuste de 8,17% (oito vírgula dezessete por cento), corresponde à reposição inflacionária medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de 1.º de maio de 2014 a 30 de abril de 2015, em observância à data de revisão instituída no art. 5.º da Lei nº





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



16.165, de 06 de julho de 2009, e em atendimento ao disposto no inciso X, do art. 27 da Constituição Estadual.

Art. 5º A implementação em folha de pagamento do reajuste constante da presente Lei fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário, pelo orçamento do Fundo da Justiça ou pela PARANAPREVIDÊNCIA, quando couber.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2015.

Uma assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no lado direito da página, abaixo do artigo 7º.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



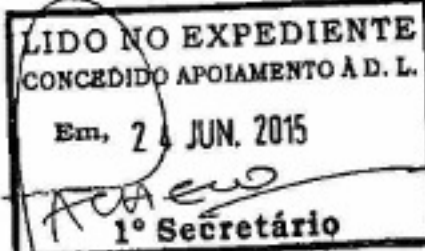
Curitiba, 26 de maio de 2015.
Of. nº 604/2015-GP

I - À DAR para leitura no expediente.
II - À DL para providências.

Em 20/06/15

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **ADEMAR LUIZ TRAIANO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital



Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe o reajuste das tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro judicial e extrajudicial, a partir de 1º de maio de 2015, e adota outras providências.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

PAULO ROBERTO VASCONCELOS

Desembargador

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), declaro que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que dispõe sobre o reajuste das tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro judicial e extrajudicial, a partir de 1º de maio de 2015, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2015, aprovado pela Lei nº 18.409, de 29 de dezembro de 2014, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 26 de maio de 2015.

PAULO ROBERTO VASCONCELOS

Desembargador

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS - EM REAIS

ANEXO I

(Altera a Tabela 1 do Anexo III da Lei nº 16.748/10, alterada pelo Anexo I da Lei nº 18.116/14)

ANEXO III

Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça
Enquadramento e Tabela de Vencimento


TABELA 1

GRUPO ESPECIAL SUPERIOR (ESP)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
ESP-1	7.810,78
ESP-2	8.045,11
ESP-3	8.286,47
ESP-4	8.535,05
ESP-5	8.791,11
ESP-6	9.054,84
ESP-7	9.326,50
ESP-8	9.606,29
ESP-9	9.894,48

(Altera a Tabela 2 do Anexo III Lei nº 16.748/10, alterada pelo Anexo I da Lei nº 18.116/14)

TABELA 2

GRUPO SUPERIOR DE APOIO ESPECIALIZADO (SAE)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
SAE-1	6.986,71
SAE-2	7.196,30



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SAE-3	7.412,17
SAE-4	7.634,54
SAE-5	7.863,58
SAE-6	8.099,48
SAE-7	8.342,45
SAE-8	8.592,74
SAE-9	8.850,52

(Altera a Tabela 3 do Anexo III da Lei nº 16.748/10, alterada pelo Anexo I da Lei nº 18.116/14)


TABELA 3

GRUPO INTERMEDIÁRIO DE APOIO ADMINISTRATIVO (IAD)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
IAD-1	5.781,95
IAD-2	6.071,05
IAD-3	6.374,60
IAD-4	6.693,32
IAD-5	7.027,97
IAD-6	7.379,37
IAD-7	7.748,37
IAD-8	8.135,77
IAD-9	8.542,60

(Altera a Tabela 4 do Anexo III da Lei nº 16.748/10, alterada pelo Anexo I da Lei nº 18.142/14)

TABELA 4

GRUPO BÁSICO (BAS)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
BAS-1	3.097,22



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

BAS-2	3.267,56
BAS-3	3.447,29
BAS-4	3.636,88
BAS-5	3.836,91
BAS-6	4.047,94
BAS-7	4.270,60
BAS-8	4.505,47
BAS-9	4.753,28


(Altera a Tabela 1 do Anexo VIII da Lei nº 16.748/10, alterada pelo Anexo I da Lei nº 18.116/14)

ANEXO VIII

Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição
Parte Suplementar
Enquadramento e Tabela de Vencimento

TABELA 1

GRUPO OCUPACIONAL DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA (SEJR)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
SEJ-1	6.578,04
SEJ-2	6.906,95
SEJ-3	7.252,29
SEJ-4	7.614,91
SEJ-5	7.995,65
SEJ-6	8.395,45
SEJ-7	8.815,20
SEJ-8	9.255,96
SEJ-9	9.718,76





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



(Altera a Tabela 2 do Anexo VIII da Lei nº 16.748/10, alterada pelo Anexo I da Lei nº 18.116/14)

TABELA 2

GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO ESPECIALIZADO (AES)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
AES-1	6.035,38
AES-2	6.337,15
AES-3	6.654,01
AES-4	6.986,71
AES-5	7.336,04
AES-6	7.702,83
AES-7	8.087,98
AES-8	8.492,39
AES-9	8.917,01

(Altera a Tabela 3 do Anexo VIII da Lei nº 16.748/10, alterada pelo Anexo II da Lei nº 18.142/14)

TABELA 3

GRUPO OCUPACIONAL DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (AUJ)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
AUJ-1	5.048,06
AUJ-2	5.300,48
AUJ-3	5.565,51
AUJ-4	5.843,77
AUJ-5	6.135,96
AUJ-6	6.442,77
AUJ-7	6.764,90
AUJ-8	7.103,16
AUJ-9	7.458,32



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



(Altera a Tabela 4 do Anexo VIII da Lei nº 16.748/10, alterada pelo Anexo I da Lei nº 18.142/14)

TABELA 4

GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO (BAS)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
AOB-1	3.097,22
AOB-2	3.267,56
AOB-3	3.447,29
AOB-4	3.636,88
AOB-5	3.836,91
AOB-6	4.047,94
AOB-7	4.270,60
AOB-8	4.505,47
AOB-9	4.753,28

(Altera o Anexo IX da Lei nº 16.748/10, alterada pelo Anexo I da Lei nº 18.116/14)

ANEXO IX

Escrivães das Varas de Família e das Varas de Registros Públicos e Anexos

Enquadramento e Tabela de Vencimento

NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
FRA-1	3.285,90
FRA-2	3.450,20
FRA-3	3.622,71
FRA-4	3.803,86
FRA-5	3.994,05
FRA-6	4.193,74
FRA-7	4.403,42
FRA-8	4.623,58
FRA-9	4.854,77

ANEXO II

(Altera a Tabela 1 do Anexo I da Lei nº 17.532/13, alterada pelo Anexo I da Lei nº 18.142/14)

Anexo I

Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição
Parte Permanente
Enquadramento e Tabela de Vencimento

TABELA 1

GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR (SUP)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
SUP-1	6.578,04
SUP-2	6.906,95
SUP-3	7.252,29
SUP-4	7.614,91
SUP-5	7.995,65
SUP-6	8.395,45
SUP-7	8.815,20
SUP-8	9.255,96
SUP-9	9.718,76

(Altera a Tabela 2 do Anexo I da Lei nº 17.532/13, alterada pelo Anexo II da Lei nº 18.142/14)

TABELA 2

GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO (INT)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
INT-1	5.048,06
INT-2	5.300,48



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

INT-3	5.565,51
INT-4	5.843,77
INT-5	6.135,96
INT-6	6.442,77
INT-7	6.764,90
INT-8	7.103,16
INT-9	7.458,32

ANEXO III

(Altera o Anexo III da Lei nº 18.116/14)

Anexo II

CARGOS EM COMISSÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA


TABELA 1

VENCIMENTO BÁSICO

CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR	
SÍMBOLO	R\$
DAS-1	798,93
DAS-2	705,11
DAS-3	657,15
DAS-4	561,92
DAS-5	513,92

TABELA 2

CARGOS EM COMISSÃO	
SÍMBOLO	R\$
1-C	331,68
2-C	306,31
3-C	282,74
4-C	261,17
5-C	245,51
6-C	230,75



ANEXO IV

Tabela 1

(Altera as Tabelas 1 e 2 do Anexo da Lei Estadual nº 17.250/2012, alterados pela Tabela 1 do Anexo IV da Lei 18.116/14)

Anexo

Encargos Especiais

Tabela 1

Gratificação de Encargos Especiais	Valor	Quantidade
Gabinete da Presidência	R\$ 2.261,55	20
Gabinete da 1ª Vice-Presidência	R\$ 1.836,35	10
Gabinete da 2ª Vice-Presidência	R\$ 1.836,35	10
Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça	R\$ 1.836,35	15
Gabinete do Corregedor da Justiça	R\$ 1.836,35	10
Gabinete do Secretário	R\$ 1.652,71	10

Encargos Especiais

Tabela 2

Cargos em Comissão de Livre Provisamento (LVP)

Simbologia	DAS-1	DAS-2	DAS-3	DAS-4	DAS-5	01-C	02-C	03-C
Valor dos Encargos Especiais	R\$ 11.872,23	R\$ 11.274,41	R\$ 10.700,76	R\$ 7.223,12	R\$ 6.042,45	R\$ 3.068,36	R\$ 2.992,47	R\$ 2.917,75

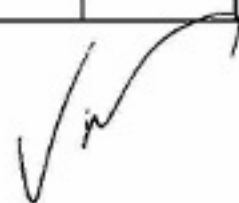


Tabela 2

(Altera o Anexo I e III da Lei Estadual nº 17.474/2013, alterados pela Tabela 2 do Anexo IV da Lei 18.116/14)

Anexo I

TABELA

FUNÇÕES COMISSIONADAS DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

FUNÇÃO	QUANTIDADE	VALOR
Chefe de Divisão	91	R\$ 2.479,08
Chefe de Seção	393	R\$ 805,54
Chefe de Serviço	408	R\$ 479,46
Coordenador do Núcleo de Controle Interno	1	R\$ 6.973,50
Coordenador do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica	1	R\$ 6.973,50
Coordenador da Central de Precatórios	1	R\$ 6.973,50
Coordenador do Centro de Protocolo Judiciário Estadual e Arquivo Geral	1	R\$ 6.973,50
Supervisor do Centro de Educação Infantil	1	R\$ 5.153,26
Supervisor da Escola dos Servidores do Poder Judiciário	1	R\$ 5.153,26
Supervisor do Centro de Apoio à Turma Recursal	1	R\$ 4.284,84
Supervisor do Centro de Transporte	1	R\$ 4.284,84
Supervisor do Centro de Digitalização	1	R\$ 4.284,84



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Supervisor do Centro Judiciário de Solução de Conflito e Cidadania	1	R\$ 2.479,08
Supervisor de Assessoria Jurídica de Departamento	8	R\$ 2.479,08
Supervisor da Assessoria Jurídico-Administrativa do Gabinete do Secretário	1	R\$ 2.479,08
Supervisor Administrativo da Corregedoria-Geral da Justiça	1	R\$ 2.479,08
Supervisor do Departamento Judiciário	2	R\$ 2.479,08
Supervisor de Assessoria Técnica de Departamento	3	R\$ 2.479,08
Supervisor da Assessoria Administrativa do Departamento da Corregedoria da Justiça	1	R\$ 2.479,08
Supervisor da Coordenadoria da Infância e Juventude	1	R\$ 2.479,08
Supervisor de Assessoria Correccional	5	R\$ 1.255,51
Assistente Jurídico de Gabinete de Desembargador	280	R\$ 1.321,11
Assessor da Assessoria Jurídico-Administrativa do Gabinete do Secretário	7	R\$ 1.652,71
Assessor do Gabinete do Secretário	3	R\$ 1.652,71
Assessor do Gabinete do Subsecretário	2	R\$ 1.652,71
Assistente Jurídico da Assessoria de Recursos aos Tribunais Superiores	6	R\$ 1.652,71
Assessor da Assessoria Jurídica de Departamento	26	R\$ 1.652,71
Assessor da Assessoria de Planejamento do Gabinete da Presidência	7	R\$ 1.652,71
Assessor da Corregedoria	6	R\$ 1.652,71



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Assessor do Gabinete da Presidência	18	R\$ 2.261,55
Assessor do Gabinete da 1ª Vice-Presidência	2	R\$ 2.261,55
Assessor do Gabinete da 2ª Vice-Presidência	2	R\$ 2.261,55
Assessor do Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça	2	R\$ 2.261,55
Assessor Técnico do Núcleo de Controle Interno	4	R\$ 2.261,55
Assistente de Gabinete	42	R\$ 743,75
Assistente Pedagógico do Centro Infantil	1	R\$ 743,75
Assistente da Escola dos Servidores do Poder Judiciário	4	R\$ 743,75
Assistente de Gabinete de Desembargador	280	R\$ 743,75
Assistente Técnico do Gabinete do Secretário	5	R\$ 1.104,41
Assistente Técnico do Gabinete do Subsecretário	2	R\$ 1.104,41
Auxiliar de Gabinete	51	R\$ 371,87
Assistente da Assessoria de Planejamento do Gabinete da Presidência	1	R\$ 743,75
Assistente do Gabinete da Presidência	10	R\$ 743,75
Assistente do Cerimonial	1	R\$ 743,75
Assistente do Plantão Judiciário	5	R\$ 1.158,19
Integrante de Comissão Permanente	120	R\$ 762,72



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Presidente de Comissão Permanente	10	R\$ 994,15
Pregoeiro	7	R\$ 994,15
Secretário de Sessão de Julgamento	28	R\$ 994,15
Servidor Auxiliar	8	R\$ 1.652,71

Anexo III

SIMBOLOGIA E VALORES DAS FUNÇÕES COMISSONADAS DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SIMBOLOGIA	VALOR
FC-01	R\$ 6.973,50
FC-02	R\$ 5.153,26
FC-03	R\$ 4.284,84
FC-04	R\$ 2.479,08
FC-05	R\$ 2.261,55
FC-06	R\$ 1.652,71
FC-07	R\$ 1.321,11
FC-08	R\$ 1.255,51
FC-09	R\$ 1.158,19
FC-10	R\$ 1.104,41
FC-11	R\$ 994,15
FC-12	R\$ 805,54
FC-13	R\$ 762,72
FC-14	R\$ 743,75
FC-15	R\$ 497,65
FC-16	R\$ 479,46
FC-17	R\$ 371,87

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tabela 3

(Altera o Anexo I da Lei Estadual nº 17.257/2012 alterado pela Tabela 3 do Anexo IV da Lei 18.116/14)

ANEXO I

QUADRO DEMONSTRATIVO DA FUNÇÃO PRIVATIVA-POLICIAL NA
ASSESSORIA MILITAR DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E
JUSTIÇA MILITAR

SIMBOLOGIA	FUNÇÃO	VERBA TRANSITÓRIA (R\$)
FPPJ 1	CHEFE DA ASSESSORIA MILITAR	4.284,84
FPPJ 2	SUBCHEFE DA ASSESSORIA MILITAR	3.672,71
FPPJ 3	COORDENADOR DE SEGURANÇA DA ASSESSORIA MILITAR	3.060,59
FPPJ 4	AGENTE OPERACIONAL I	2.142,41
FPPJ 5	AGENTE OPERACIONAL II	1.530,29
FPPJ 6	AGENTE OPERACIONAL III	1.224,23

ANEXO V

(Altera a Tabela 3 do Anexo III da Lei nº 11.719/1997 alterada pelo
Anexo V da Lei 18.116/14)

TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS

NÍVEIS DE VENCIMENTO						
ORDEM	A	B	C	D	E	F
1	1.749,84	2.255,95	2.889,76	3.643,72	5.386,21	6.949,06
2	1.790,76	2.307,87	2.948,69	3.729,05	5.512,49	7.111,87
3	1.832,70	2.360,92	3.008,86	3.816,43	5.641,62	7.278,49
4	1.875,57	2.415,24	3.079,24	3.905,83	5.773,79	7.449,06
5	1.919,48	2.470,80	3.151,30	3.997,37	5.909,06	7.623,59
6	1.964,37	2.527,59	3.225,04	4.091,02	6.047,52	7.802,20
7	2.010,36	2.585,73	3.300,50	4.186,88	6.189,22	7.985,01
8	2.057,44	2.645,19	3.377,74	4.284,97	6.334,20	8.172,54



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



9	2.105,53	2.706,05	3.456,79	4.385,34	6.482,67	8.363,56
10	2.154,81	2.768,28	3.537,67	4.488,14	6.634,56	
11	2.205,24	2.831,94	3.620,48	4.593,33	6.789,99	

ANEXO VI

(Altera o Anexo I da Lei Estadual nº 15.048, de 05 de abril de 2006,
alterado pelo Anexo VI da Lei 18.116/14)

ANEXO I

TABELA DE NÍVEIS DOS PROVENTOS BÁSICOS DOS SERVENTUÁRIOS DO FORO EXTRAJUDICIAL

(Altera o Anexo I da Lei Estadual nº 15.048, de 05 de abril de 2006)

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Entrância Final	E4	5.773,79
Entrância Intermediária	E3	5.641,62
Entrância Inicial	E2	5.512,49

TABELIÃO DE NOTAS

Entrância Final	E4	5.773,79
Entrância Intermediária	E3	5.641,62
Entrância Inicial	E2	5.512,49

OFICIAL DE PROTESTOS DE TÍTULOS

Entrância Final	E4	5.773,79
Entrância Intermediária	E3	5.641,62
Entrância Inicial	E2	5.512,49

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS P.J.

Entrância Final	E4	5.773,79
Entrância Intermediária	E3	5.641,62
Entrância Inicial	E2	5.512,49

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL, NASCIMENTO, CASAMENTO E ÓBITO

Entrância Final	E4	5.773,79
Entrância Intermediária	E3	5.641,62
Entrância Inicial	E2	5.512,49

ESCRIVÃO DISTRITAL

Entrância Final	E1	5.386,21
Entrância Intermediária	D11	4.593,33



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Entrância Inicial	D10	4.488,14
OFICIAL MAIOR (SEDE COMARCA)		
Entrância Final	E1	5.386,21
Entrância Intermediária	D11	4.593,33
Entrância Inicial	D10	4.488,14
OFICIAL MAIOR (CARTÓRIO DISTRITAL)		
Entrância Final	D10	4.488,14
Entrância Intermediária	D4	3.905,83
Entrância Inicial	C1	2.889,76
ESCREVENTE JURAMENTADO (SEDE COMARCA)		
Entrância Final	D10	4.488,14
Entrância Intermediária	D4	3.905,83
Entrância Inicial	C1	2.889,76
ESCREVENTE JURAMENTADO (CARTÓRIO DISTRITAL)		
Entrância Final	C1	2.889,76
Entrância Intermediária	B8	2.645,19
Entrância Inicial	B3	2.360,92



TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei dispõe sobre o reajuste dos vencimentos e gratificações dos servidores do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, dos cargos de provimento em comissão e dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro judicial e extrajudicial, de conformidade com as tabelas constantes dos Anexos do presente Anteprojeto de Lei.

A proposta prevê o reajuste correspondente à reposição inflacionária de 8,17% (oito vírgula dezessete por cento), constituído pela variação percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de 1.º de maio de 2014 a 30 de abril de 2015, e incidirá a partir de 1º de maio de 2015.

As tabelas de vencimentos básicos de que tratam os Anexos deste Anteprojeto substituem aqueles constantes nos Anexos III, VIII, e IX da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010 e no Anexo I da Lei nº 17.532, de 09 de abril de 2013, recentemente alterados pelas Leis nº 18.116, de 23 de junho de 2014, e nº 18.142, de 04 de julho de 2014, e refletem a política de manutenção do poder aquisitivo dos vencimentos dos servidores, mediante a reposição das perdas inflacionárias ocorridas no período de 1º de maio de 2014 a 30 de abril de 2015.

Atende-se, também, determinação contida no art. 5.º da Lei Estadual nº 16.165, de 06 de julho de 2009, que instituiu a data de 1º de maio de cada ano como data para revisão geral anual estabelecida no inciso X do art. 27 da Constituição Estadual.

Por se tratar de mera reposição inflacionária, e em obediência ao art. 24 da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, o inciso II do art. 2º do Anteprojeto de Lei autoriza a incidência do mesmo Índice de reajuste sobre os valores correspondentes à Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, instituída nos termos do art. 22 da mesma lei.

A proposta prevê, ainda, o reajuste dos valores dos encargos especiais, das funções comissionadas e gratificações por encargos especiais dos servidores da Secretaria e do 1º Grau de Jurisdição; das funções privativo-policiais da Assessoria Militar e Justiça Militar, e dos vencimentos básicos e dos encargos especiais dos cargos de provimento em comissão.

Ficam reajustados no mesmo percentual os proventos de aposentadoria e os benefícios de pensão concedidos com fundamento no art. 40 da Constituição Federal, dos servidores pertencentes aos Quadros do Foro Judicial que permanecem regidos pela Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, e, ainda, dos proventos dos serventuários aposentados do foro extrajudicial previstos no Anexo I da Lei Estadual nº 15.048, de 5 de abril de 2006.

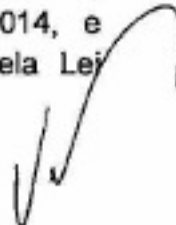
O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta corresponde a um acréscimo de despesa para o presente exercício financeiro de aproximadamente R\$ 52.508.545,00 (cinquenta e dois milhões quinhentos e oito mil e quinhentos e quarenta e cinco reais). Para o exercício de 2016 o incremento de despesa será de aproximadamente R\$ 87.469.715,00 (oitenta e sete milhões quatrocentos e sessenta e nove mil setecentos e quinze reais) e de R\$ 99.170.730,00 (noventa e nove milhões cento e setenta mil setecentos e trinta reais) para o exercício de 2017, suportados pelo orçamento do Tribunal de Justiça e do Fundo da Justiça - FUNJUS.

Com o presente reajuste, a despesa anual com pessoal do Poder Judiciário será de R\$ 1.474.919.434,00 (um bilhão quatrocentos e setenta e quatro milhões novecentos e dezenove mil quatrocentos e trinta e quatro reais) para o exercício de 2015, R\$ 1.588.528.390,00 (um bilhão quinhentos e oitenta e oito milhões quinhentos e vinte e oito mil trezentos e noventa reais) para o exercício de 2016 e de R\$ 1.684.066.245,00 (um bilhão seiscentos e oitenta e quatro milhões sessenta e seis mil duzentos e quarenta e cinco reais) para o exercício de 2017, nos termos da Informação n.º Nº 0207229 - TP/OE/P/DG/DEF/DEF-DCG do Departamento Econômico e Financeiro (SEI - 00029391-02.2015.8.16.6000).

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao terceiro quadrimestre de 2014, a Despesa Total de Pessoal situou-se em 4,54% (quatro vírgula cinquenta e quatro por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça na Sessão Ordinária realizada em 25 de maio de 2015.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2015, aprovado pela Lei Estadual nº 18.409, de 29 de dezembro de 2014, e compatibilidade com Plano Plurianual - PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
R. Mateus Lopes, 1.478 - Pólo - Bairro CENTRO CÍVICO - CEP 80530-000 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

INFORMAÇÃO Nº 0207229 - TP/OE/P/DG/DEF/DEF-DCG

Senhor chefe:

Trata o presente expediente de reajuste 8,17% (oito vírgula dezessete por cento) dos valores dos vencimentos e gratificação dos servidores do Quadro Efetivo deste Poder, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, dos cargos de provimento em comissão e dos proventos de aposentadoria dos servidores e serventários do foro extrajudicial, a partir de 1º maio de 2015.

O FUNJUS apresentou o impacto orçamentário e financeiro estimado para os servidores pagos por este Fundo, que estão contidos no demonstrativo abaixo.

Quanto à análise dos custos nas informações retro, em relação aos limites orçamentários e financeiros, nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa em questão é de caráter continuada, ficando assim demonstrada:

DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO

ESPECIFICAÇÃO	(R\$/mês)
Servidores - TJ	5.812.130,53
Servidores - FUNJUS	751.428,66
TOTAL	6.563.559,19

* Conforme planilhas em anexo.

A despesa do exercício de 2015 e a projeção para os dois exercícios seguintes ficam assim demonstradas:

1 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

R\$ 1,00

EXERCÍCIOS	2015	%	2016	%	2017	%
RCL	29.588.717,288		31.068.153,152		32.621.560,810	
DLP	1.316.416,101	4,57	1.413.736,906	5,60	1.484.423,751	5,00
Servidores - TJ	45.497,116		78.378,639		89.363,738	
Serv. - FUNJUS	6.011,429		9.091,077		9.806,993	
TOTAL	52.508,545		87.469,715		99.170,730	
DLP 2	1.474.919,434	4,98	1.588.528,390	5,11	1.684.066,245	5,16

Observações:

- Para o cálculo da Receita Corrente Líquida - RCL foi considerado o reajuste de 5% ao ano.
- Para o valor da Despesa Líquida de Pessoal - DLP foi calculado com base na projeção anual de 5% das despesas com a folha de pagamento (TJ e FUNJUS).
- Para a Despesa Líquida de Pessoal 2 - DLP 2 é a soma total da despesa DLP mais o custo do presente expediente.
- Para os servidores - TJ foi considerado as obrigações patronais (PP Previdência para os servidores e a INSS para os Cargos em Comissão sem vínculo), e os limites de despesa com pessoal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, estão assim definidos:
 - alçada, inciso II do § 1º do Art. 59, e de 5,40%;
 - providencial, § único do Art. 22, e de 5,70%;
 - máximo (Tribunal de Justiça), § 1º do Art. 26, e de 8,00%.

Compete a esta unidade orçamentária, analisar sob os enfoques das Leis de Orçamento as despesas com os Servidores ativos, cargos em comissão, inativos e serventários, conforme a seguir demonstrado:

II - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - LOA

Verificando o conteúdo na Lei Orçamentária Anual nº 18.409/2014 para o exercício de 2015, constatei a existência de saldo orçamentário suficiente para atender a presente solicitação no fonte 100 - ordinário não vinculado, para atender as despesas com servidores ativos e cargos em comissão, que serão processadas através do Projeto/Atividade - 0501.02061434.005 - Promover e Gerenciar as Atividades Judiciais e as despesas com servidores e serventários inativos serão processadas através do Projeto/Atividade - 0501.09272999.002 Encargos com Inativos e Pensionistas - TJ.

III - IMPACTO FINANCEIRO - LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO nº 18.178/2014, para o exercício de 2015, no artigo 7º estabelece que o limite de gasto do Poder Judiciário é de 9,5% da receita líquida.

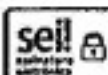
IV - PLANO PLURIANUAL - PPA

A Lei 17.013/11 que instituiu o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015 o qual estabelece que as propostas orçamentárias deste Tribunal sejam elaboradas com base no percentual de 9,5% para 2015 da Receita Líquida, dando guarida às ampliações necessárias ao Poder Judiciário.

Assim sendo, informo que a despesa em questão está em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.

Finalmente, sugerimos encaminhar este expediente à Assessoria de Planejamento, para os devidos fins.

Em 20 de maio de 2015.



Documento assinado eletronicamente por MARCOS AURELIO RODRIGUES, Economista, em 20/05/2015, às 12:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por SERGIO VILA, Chefe de Divisão, em 20/05/2015, às 12:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador 0207229 e o código CRC 1BA28442.

Tabela 1.2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro/2014 a Dezembro/2014

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.824.478.262,86	82.319.514,60
Pessoal Ativo	1.244.515.099,56	82.319.514,60
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)		
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Ativo	1.244.515.099,56	82.319.514,60
Pessoal Inativo e Pensionistas (*)	379.959.263,40	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)		
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas (*)	379.959.263,40	-
Outras despesas de pessoal - Contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 18 da LRF) (II)	336.901.291,88	82.319.514,60
Indenizações por Demissão e incentivos à Demissão Voluntária	44.874.918,17	40.700.000,00
Descontos de Decisão Judicial	-	-
Despesas do Exercício Anterior	146.779.995,29	11.019.514,60
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	145.246.378,42	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	1.260.673.971,10	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (IV) = (I) + (II)	2.161.379.554,74	164.639.029,20
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		28.530.060.064,23
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (IV) sobre a RCL (VI) = (IV)/(V) x 100		0,75 %
LIMITE MÁXIMO (múltiplos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6 %		1.700.201.021,85
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 3,70 %		1.815.191.035,28
LIMITE DE ALERTA (inciso I do § 1º do art. 60 da LRF) - 5,40%		1.530.181.728,67

Fonte - SIAF - RCL, Inq. Acamp. Financeiro - SIAF e DRP - TJPB, 21/01/2015 e Balanço PARANAPREVIDÊNCIA, 21/01/2015.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas são segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas executadas sem não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

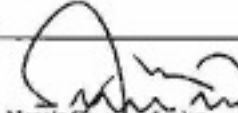
RCL - Secretaria da Fazenda Paraná em 24/02/2015.

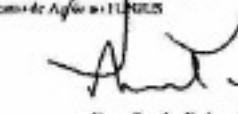
(*) Despesas com pensionistas do Fundo Financeiro-FF, não foram incluídas por força do CONVENIO TJPB/PREVIDÊNCIA e liquidado efetuado pelo Poder Executivo.

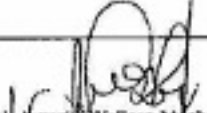
(**) Consolidado com o Balanço da PARANAPREVIDÊNCIA.


Bel. Maria Antônia dos Anjos
Secretaria de Controle Interno


Bel. José Alvaro Guimarães
Técnicos Gerais


Bel. Moacir Carneiro Junior
Conselheiro de Justiça


Des. Paulo Roberto Vasconcelos
Técnicos


Bel. Amarílio Wellesz Machado
Diretor de Planejamento e Controle



ANEXO

DESCRIÇÃO	FUNÇÃO PRIVATIVA DE CARGA PÚBLICA	VALOR
PROF. 1	PROFESSOR	R\$ 3.000,00
PROF. 2	PROFESSOR	R\$ 3.000,00
PROF. 3	PROFESSOR	R\$ 3.000,00
DESCRIÇÃO	FUNÇÃO PRIVATIVA DE CARGA PÚBLICA	VALOR
PROF. 1	PROFESSOR	R\$ 3.000,00
PROF. 2	PROFESSOR	R\$ 3.000,00
PROF. 3	PROFESSOR	R\$ 3.000,00

Lei nº 16.130

Data 04 de julho de 2014

Síntese: Dispõe sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal nº 12.056, de 9 de setembro de 2013, para as áreas de educação e saúde, no âmbito do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º No âmbito do Estado do Paraná, para fins de cumprimento da meta prevista no art. 136 e no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal, os recursos previstos na Lei Federal nº 12.056, de 9 de setembro de 2013, serão destinados exclusivamente para a educação pública, com prioridade para a educação básica, e para a saúde, nos montantes de 75% (setenta e cinco por cento) e 25% (vinte e cinco por cento), respectivamente, na forma do regulamento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 04 de julho de 2014.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Luiz Eduardo da Veiga Detemmer
Secretário de Estado da Fazenda

Oscar Silveira
Chefe de Casa Civil

Assinatura: 16.055.000-0

Lei nº 16.140

Data 04 de julho de 2014

Síntese: Transforma e cria cargos no Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica transformada oito (08) cargos regidos pelo Procurador de Justiça da carreira do Ministério Público do Estado do Paraná em oito (08) cargos de Procurador de Justiça substituto da carreira da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2º Fica transformada, no Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, as seguintes cargos efetivos:

I - 03 (três) cargos de Técnico superior, do grupo ocupacional superior, em 03 (três) cargos de técnico, do grupo ocupacional superior;

II - 03 (três) cargos de Técnico, do grupo ocupacional técnico, em 03 (três) cargos de auxiliar administrativo, do grupo ocupacional técnico;

III - 04 (quatro) cargos de vigilante, do grupo ocupacional técnico, em 04 (quatro) cargos de oficial de penitenciária, do grupo ocupacional técnico;

Art. 3º Fica criado no Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná 04 (quatro e quatro) cargos de promotor em controle, nível DAS-6, de assessor de Promotor.

§ 1º Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere este artigo terão habilitação no Procurador-Geral de Justiça e serão distribuídos nos órgãos do Ministério Público e suas unidades administrativas por ato do Procurador-Geral.

§ 2º No provimento dos cargos em controle previstos neste artigo será observado o disposto na Lei nº 16.520, de 06 de agosto de 2013, e alterações subsequentes.

Art. 4º O artigo 2º, da Lei nº 16.586, de 08 de agosto de 2013, passa a ler a seguinte redação:

"Art. 2º Os cargos em controle, com atribuições de assessoramento superior no âmbito do Ministério Público do Paraná, serão ocupados por, no mínimo, 05% (cinco por cento) de titulares de cargos efetivos do respectivo Quadro de Servidores, observadas as exigências de qualificação e experiência."

Art. 5º A descrição das atribuições dos cargos previstos nos artigos 2º e 3º, desta Lei, e outras características referentes às suas funções, serão definidas em ato a ser expedido pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 6º A remuneração dos servidores que vierem a preencher os cargos transformados ou criados por esta Lei corresponde aos salários constantes das tabelas vigentes para o Quadro dos Servidores do Ministério Público do Paraná (Anexo I e II da Lei nº 17.288, de 28 de dezembro de 2013 e Anexo II da Lei nº 17.561, de 04 de junho de 2013).

Art. 7º Os cargos transformados ou criados por esta Lei serão previstos no quadro de necessidade dos serviços, observada a seleção de disponibilidade organizacional e financeira e demais exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 8º Fica instituída a gratificação correspondente a 10% do subsídio do cargo no respectivo Quadro de Ordem do Ministério Público do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Os efeitos financeiros decorrentes deste artigo dar-se-ão a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 04 de julho de 2014.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Gilberto Glória
Procurador-Geral de Justiça

Oscar Silveira
Chefe de Casa Civil

Lei nº 16.141

Data 04 de julho de 2014

Síntese: Inclui o inciso II no § 1º do artigo 4º da Lei Estadual nº 16.033, de 19 de dezembro de 2013, e cria uma função consolidada de Supervisor de Secretaria nos Juizados Especiais de Primeira Instância com cargo de Secretário previsto.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Altera o § 1º do art. 4º da Lei nº 16.033, de 19 de dezembro de 2013, que passa a vigorar acrescida do inciso II, com a seguinte redação:

"Art. 4º ...

§ 1º ...

I - ...

§ - Nos Juizados Especiais de Primeira Instância de primeira instância com cargo de Secretário previsto haverá uma função consolidada de Supervisor de Secretaria."

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário do Estado do Paraná e do Fundo de Justiça.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 04 de julho de 2014.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Desembargador Guilherme Luiz Góes
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado

Oscar Silveira
Chefe de Casa Civil

Lei nº 16.142

Data 04 de julho de 2014

Síntese: Altera os vencimentos dos cargos das Grupos Ocupacionais Técnico, Intermediário, Superior e Auxiliar da Justiça das Quadras de Pessoal do Tribunal de Justiça e das funções consolidadas no 1º Grau de Jurisdição.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os vencimentos dos cargos das funções das Grupos Ocupacionais Técnico (ATC), Auxiliar da Justiça (AJU), Superior (SUP) e Intermediário (INT), da parte suplementar e permanente do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição, e do grupo ocupacional

Índice (IAS), da parte suplementar do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, previstos na Tabela 4 do Anexo II, nos Decretos 3 e 4 do Anexo VII, ambos da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2013, e nas Tabelas 1 e 2 do Anexo I da Lei nº 17.532, de 9 de abril de 2013, alterados pelos Anexos I e II da Lei nº 16.118, de 23 de junho de 2014, passam a ter as constantes do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Os valores correspondentes à vantagem pessoal acidentária (VPA) percebida pelos servidores dos grupos ocupacionais Índice (IAS), da parte suplementar do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça serão deduzidos dos valores devidos da elevação dos vencimentos decorrentes desta Lei.

Art. 2º As tabelas de vencimentos dos servidores dos grupos ocupacionais Auxiliar da Justiça (AJU) e Intendência (INT) constantes no Anexo II desta Lei entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 3º Oito as funções controladas de Assistência da Direção do Fórum e Assistência do Plantão Judiciário de 1º Grau.

§ 1º A função controlada de Assistência da Direção do Fórum será exercida, preferencialmente, por servidor ocupante de cargo de Escrivão, Secretário dos Autômatos Especiais, Analista Judiciário, de área judiciária ou controlada, ou por Técnico Judiciário e Técnico de Secretaria.

§ 2º A função controlada de Assistência do Plantão Judiciário de 1º Grau será exercida por servidor ocupante de cargo de Analista Judiciário, de área judiciária, Escrivão, Secretário dos Autômatos Especiais ou por Técnico Judiciário e Técnico de Secretaria.

Art. 4º Altera a redação do caput do art. 5º da Lei nº 16.023, de 19 de dezembro de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º As funções controladas de Chefe de Secretaria, Supervisor de Secretaria, Assistente da Direção do Fórum e Assistência do Plantão Judiciário de 1º Grau integram o Quadro de Pessoal de 1º Grau de Assistência do Estado do Paraná."

Art. 6º Altera a redação dos arts. 6º e 7º da Lei nº 17.532, de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Inclui as gratificações de função no 1º Grau de Assistência, nos seguintes valores:

I - Chefe de Secretaria, no valor de R\$ 1.607,68 (um mil e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos);

II - Supervisor de Secretaria, no valor de R\$ 963,68 (novecentos e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos);

III - Assistência da Direção do Fórum, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais);

IV - Assistência do Plantão Judiciário de 1º Grau, que será remunerado no valor mensal de até R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), calculados por dia de efetivo exercício de função, nos termos do Decreto Judiciário que regulamentar o pagamento.

§ 1º A despesa pelo pagamento da gratificação pelo exercício da função de Assistência do Plantão Judiciário, por Conselho, é limitada ao valor estabelecido no inciso IV deste artigo.

§ 2º As funções previstas neste artigo não serão cumuladas, à exceção de Assistência do Plantão Judiciário.

§ 3º Os valores das gratificações não serão incorporados em nenhuma hipótese aos vencimentos ou prêmios de aposentadoria.

Art. 7º As atribuições básicas das funções controladas de Chefe de Secretaria, Supervisor de Secretaria, Assistência da Direção do Fórum e Assistência do Plantão Judiciário de 1º Grau passam a ser as constantes do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. As atribuições específicas das funções controladas previstas neste artigo serão definidas em regulamento.

Art. 8º Insere os arts. 3º e 4º no Anexo II da Lei nº 17.532, de 2013, com a seguinte redação:

"Art. 3º Ao Assistente da Direção do Fórum compete:

I - auxiliar o Juiz Diretor do Fórum e seguir sua orientação em todas as atividades relacionadas à Direção do Fórum, em especial a elaboração e conferência dos serviços administrativos;

II - auxiliar o Juiz Diretor do Fórum na administração do fundo coletivo, nas atividades de coordenação e controle dos recursos destinados à Consarca ou Juízo, elaborando a prestação de contas de sua aplicação;

III - realizar o acompanhamento e fiscalização técnica dos serviços terceirizados na Consarca.

Art. 4º Ao Assistente do Plantão Judiciário de 1º Grau compete:

I - auxiliar o Magistrado designado para a plantão judiciário, mediante registro e formalização de atos processuais de curso expediente, registro, certificação, atendimento ao público, consultações, dentre outras atribuições definidas em lei e regulamento;

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 8º A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no art. 159 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2006.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Palácio do Governo, em 04 de julho de 2014.

Carlos Alberto Rocha
Governador do Estado

Deputado Guilherme Luiz Gomes
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado

Cezar Silvestri
Chefe de Casa Civil

ANEXO I
(Altera a Tabela 4 do Anexo II e as Tabelas 3 e 4 do Anexo VII da Lei nº 16.748/13, alteradas pela Anexo I da Lei nº 16.118/14).

ANEXO II
Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça
Estrutura Organizacional e Tabela de Vencimento

(...)

TABELA 4

GRUPO BÁSICO (BAS)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
BAS-1	2.863,39
BAS-2	3.020,77
BAS-3	3.188,92
BAS-4	3.362,19
BAS-5	3.547,12
BAS-6	3.742,21
BAS-7	3.948,06
BAS-8	4.165,10
BAS-9	4.394,27

ANEXO VII
Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição
Estrutura Organizacional
Estrutura Organizacional e Tabela de Vencimento

(...)

TABELA 3

GRUPO OCUPACIONAL DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (AJU)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
AJU-1	4.548,50
AJU-2	4.773,91
AJU-3	5.012,64
AJU-4	5.263,26
AJU-5	5.526,41
AJU-6	5.802,74
AJU-7	6.092,90
AJU-8	6.397,52
AJU-9	6.717,38

TABELA 4

GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO OPERACIONAL BÁSICO (AOB)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
AOB-1	2.863,39
AOB-2	3.020,77
AOB-3	3.188,92
AOB-4	3.362,19
AOB-5	3.547,12
AOB-6	3.742,21
AOB-7	3.948,06
AOB-8	4.165,10
AOB-9	4.394,27

(Altera as Tabelas 1 e 2 do Anexo I da Lei Federal nº 17.532/13, alteradas pela Anexo I da Lei nº 16.118/14).

ANEXO I
Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição
Estrutura Organizacional e Tabela de Vencimento

TABELA 1

GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO OPERACIONAL BÁSICO (AOB)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
AOB-1	2.863,39
AOB-2	3.020,77
AOB-3	3.188,92
AOB-4	3.362,19
AOB-5	3.547,12
AOB-6	3.742,21
AOB-7	3.948,06
AOB-8	4.165,10
AOB-9	4.394,27

TABELA 2

GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO OPERACIONAL BÁSICO (AOB)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
AOB-1	2.863,39
AOB-2	3.020,77
AOB-3	3.188,92
AOB-4	3.362,19
AOB-5	3.547,12
AOB-6	3.742,21
AOB-7	3.948,06
AOB-8	4.165,10
AOB-9	4.394,27

ANEXO
II

(Altera a Tabela 3 do Anexo VIII da Lei nº 16.747/13 e a Tabela 2 do Anexo I da Lei nº 17.538/13, alteradas pela Lei nº 18.354/14 e outras em vigor a partir da 1ª de fevereiro de 2015.)

ANEXO VII
Quadro de Despesa do 1º Grau de Jurisdição
Tribunal do Paraná
Estruturação e Tabela de Vencimentos

TABELA 3

GRUPO OCUPACIONAL DOS ALTERNANTES DA JUSTIÇA (AJU)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
AJU-1	4.888,79
AJU-2	4.800,34
AJU-3	5.145,18
AJU-4	5.402,40
AJU-5	5.879,32
AJU-6	5.924,33
AJU-7	6.253,94
AJU-8	6.584,07
AJU-9	6.965,00

ANEXO I

Quadro de Despesa do 2º Grau de Jurisdição
Tribunal do Paraná
Estruturação e Tabela de Vencimentos

TABELA 2

GRUPO OCUPACIONAL JUIZES/PROCURADORES (JUIZ)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
JUIZ-1	4.888,79
JUIZ-2	4.800,34
JUIZ-3	5.145,18
JUIZ-4	5.402,40
JUIZ-5	5.879,32
JUIZ-6	5.924,33
JUIZ-7	6.253,94
JUIZ-8	6.584,07
JUIZ-9	6.965,00

634992014

Lei nº 18.143

Data 04 de julho de 2014

Altera a simbologia e o valor da função de Secretário de Seção de Julgamento previstas nos anexos da Lei nº 17.474, de 2 de janeiro de 2013, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Altera a simbologia e o valor da função combinada de Secretário de Seção de Julgamento prevista nos Anexos I e II da Lei nº 17.474, de 2 de janeiro de 2013, de FC-15 para FC-11.

Art. 2º O caput do art. 10 da Lei nº 17.474, de 2013, passa a ter seguinte redação:

"Art. 10. O servidor efetivo dos quadros de pessoal do Tribunal de Justiça deverá ter se capacitado em curso de desenvolvimento gerencial proporcionado pela Administração, com carga máxima de vinte horas, para ser inscrito em cargo em comissão ou designação da função combinada, ambas de natureza gerencial, a exceção das funções previstas no art. 27 desta Lei"

Art. 3º Altera os Anexos I e II da Lei nº 17.474, de 2013, modificando pela Lei nº 17.584, de 4 de junho de 2013, nos termos dos Anexos desta Lei.

Art. 4º A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 04 de julho de 2014.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Desembargador Guilherme Luís Gomes
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado

Cezar Silvestri
Chefe de Casa Civil

ANEXO

Altera os Anexos I e II da Lei nº 17.474, de 2 de janeiro de 2013, e modificações posteriores, no que trata da simbologia da função combinada de Secretário de Seção de Julgamento.

ANEXO I

FUNÇÕES COMISSONADAS DA SECRETARIA
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

FUNÇÃO	QUANTIDADE	VALOR
Secretário de Seção de Julgamento	28	R\$ 804,77

ANEXO II

FUNÇÕES COMISSONADAS DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ

INDICAÇÃO DA FUNÇÃO	PROFISSÃO	ATIVIDADE	CARGO COMISSÃO	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
Secretário de Seção de Julgamento	FC-11	Exerce a função de Secretário de Seção de Julgamento, responsável por todas as atividades relacionadas ao processo de julgamento.	Secretário de Seção de Julgamento	Secretário de Seção de Julgamento	28

634992014

Lei nº 18.144

Data 04 de julho de 2014

Simula: Cria uma Vara Judicial no Foro Regional de Rolândia, da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, de extensão fiscal, alterando a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Cria uma Vara Judicial no Foro Regional de Rolândia, da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, de extensão fiscal, alterando a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º Altera o art. 255-B da Lei nº 14.277, de 2003, que passa a vigorar acrescido do inciso II, com a seguinte redação:

"Art. 255-B ...

(...)

II - no Foro Regional de Rolândia:

a 4ª Vara Judicial."

Art. 3º Cria um cargo de Juiz de Direito para o Foro Regional de Rolândia, da Comarca da Região Metropolitana de Londrina.

Art. 4º Cria um cargo de Analista II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C e em cargo de Analista I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao atendimento do Juiz de Direito em atuação no Foro Regional de Rolândia, da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, nos termos da Lei nº 15.831, de 12 de maio de 2008, e da Lei nº 16.937, de 5 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. O cargo criado na forma do caput deste artigo é privativo de Bacharel em Direito.

Art. 5º Altera os Anexos IV, V e IX (Tabela 1) da Lei nº 14.277, de 2003.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 04 de julho de 2014.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Desembargador Guilherme Luís Gomes
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado

Cezar Silvestri
Chefe de Casa Civil

634992014



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 472/2015

Projeto de Lei nº 472/2015

Autor: Tribunal de Justiça

Reajusta as tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro judicial e extrajudicial, a partir de 1º de maio de 2015.

EMENTA: REAJUSTE DE VENCIMENTOS. OBSERVÂNCIA DAS LEIS Nº 17.013/2011 E 18.409/2014. COMPATIBILIDADE. PROJETO DE INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. LEGITIMIDADE. ART. 27, INC. X DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/00. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.



RELATÓRIO

O projeto de lei aqui presente tem por objetivo reajustar as tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores dos quadros de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e dos proventos de aposentadoria dos serventuários do Foro Judicial e Extrajudicial, a partir de 1º de maio de 2015.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ademais, sobre a iniciativa e competência legislativa, indispensável ressaltar o disposto no art. 65 da Constituição Estadual do Paraná:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição Federal da República estabelece que, compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:



Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

Sobre o assunto em questão, o Prof. Gilmar Ferreira Mendes, douto jurista e Ministro do Supremo Tribunal Federal, leciona que:

A Constituição de 1988 dotou os tribunais de um poder de autogoverno consistente na eleição de seus órgãos diretivos, elaboração de seus regimentos internos, organização de suas secretarias e serviços auxiliares, e os dos juízos que lhes forem vinculados, no provimento dos cargos de magistrados de carreira da respectiva jurisdição, bem como no provimento dos cargos necessários à administração da Justiça.

(...)

Nesse contexto, assume igualmente relevância a competência reconhecida ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça para propor ao Poder Legislativo respectivo a alteração do número de membros dos tribunais inferiores, a criação e extinção de cargos e a remuneração de seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação dos



subsídios de seus membros e dos juízes, a criação e extinção dos tribunais inferiores, a alteração da organização e da divisão judiciária.

A autonomia administrativa e financeira materializa-se também na outorga aos tribunais do poder de elaborar suas propostas orçamentárias dentro dos limites estabelecidos com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.¹

Corrobora deste entendimento, através de seu artigo 101, a Constituição Estadual do Paraná:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

Ademais, cumpre ressaltar que o reajuste da remuneração dos servidores é previsto no Art. 27, inciso X da Constituição Estadual, conforme adiante transcrito:

¹ MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional – 4. ed. rev. e atual.** – São Paulo: Saraiva, 2009. p. 976-977.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

(Redação dada pela Emenda Constitucional 11 de 10/12/2001) (vide Lei 16867 de 12/07/2011)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

(Redação dada pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000) (vide Lei 15799 de 16/04/2008) (vide Lei 16868 de 12/07/2011) (vide Lei 16821 de 02/06/2011) (vide Lei 16814 de 19/03/2011)

No que se refere ao impacto financeiro, cumpre observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder




Judiciário para o exercício de 2015, aprovado pela Lei Estadual nº 18.409/2014, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, a Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 30 de junho de 2015.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FELIPE FRANCISCHINI
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
Comissão de Constituição e Justiça

PROVADO

30.06.15 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 472/15

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 604/2015-GP, que reajusta em 8,17% (oito vírgula dezessete por cento) as tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores dos quadros de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro judicial e extrajudicial, a partir de 1º de maio de 2015 e dá outras providências.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Deputado Felipe Francischini, exarou o devido parecer favorável, sendo devidamente aprovado.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, observamos que a proposta encontra-se plenamente justificada.

Insta ressaltar que em relação à questão do impacto financeiro e orçamentário que é tratado na Lei Complementar Federal nº 101/00, (Lei de Responsabilidade Fiscal), a proposta vem acompanhada da declaração subscrita pelo Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos Presidente do Tribunal de Justiça, de que as despesas decorrentes do proposto neste Projeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2015, aprovado pela Lei Estadual nº 18.409, de 29 de dezembro de 2014, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças



Na mesma linha, o autor da proposta, informa que o impacto orçamentário-financeiro representa um incremento na despesa para o presente exercício financeiro de aproximadamente R\$52.508.545,00 (cinquenta e dois milhões quinhentos e oito mil e quinhentos e quarenta e cinco reais). Para o exercício de 2016 o incremento de despesa será de aproximadamente R\$87.469.715,00 (oitenta e sete milhões quatrocentos e sessenta e nove mil, setecentos e quinze reais) e de R\$99.170.730,00 (noventa e nove milhões cento e setenta mil, setecentos e trinta reais) para o exercício de 2017, suportados pelo orçamento do Tribunal de Justiça e pelo Fundo da Justiça – FUNJUS.

CONCLUSÃO

Posto isso, opina-se pela Aprovação do Projeto em questão, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

01/07/15

DEPUTADO GILSON DE SOUZA
PRESIDENTE

De p. Scanavacca

DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR
RELATOR

De p. Tadeu

De p. Elói



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 443 2015.



Súmula: Reajusta, conforme especifica, o vencimento básico dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º. Fica concedido reajuste no percentual de 8,17% (oito vírgula dezessete por cento) na referência salarial inicial das tabelas do vencimento básico, com o consequente reflexo nos intervíveis, de todos os ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, em observância ao disposto no inciso X, do artigo 27, da Constituição Estadual e no art. 3º da Lei nº 16.175, de 10 de julho de 2009.

§ 1º. A aplicação do percentual a que se refere o *caput* deste artigo corresponde ao IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acumulado, relativo ao período compreendido entre os meses de maio de 2014 e abril de 2015.

§ 2º. O disposto nesta lei se aplica aos inativos originários do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal nº 41/2003 sem paridade assegurada.

§ 3º. Ficam reajustados, no mesmo percentual, os proventos de aposentadoria e os benefícios dos geradores de pensão do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná, concedidos com fundamento no artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no artigo 2º da mesma emenda, regulamentada pela Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 2º. A concessão do reajuste nos percentuais fixados no artigo anterior e a implementação em folha de pagamento ficam condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira, ao comportamento da receita ao longo do exercício de 2015 e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º. As tabelas dos Anexos I, II, III e IV da Lei nº 18.105, de 03 de junho de 2014, passam a vigorar com os valores dos Anexos I, II, III e IV da presente lei.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná e pela Parana previdência, nos casos que lhe couberem.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01 de maio de 2015.

9

ANEXO I

TABELAS DE VENCIMENTOS DO QUADRO DE SERVIDORES

TABELA I GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO		
NÍVEL	Reajuste 8,17% Vigência 01/05/15	
1	R\$	3.560,95
2	R\$	3.640,02
3	R\$	3.722,63
4	R\$	3.807,14
5	R\$	3.893,62
6	R\$	3.982,15
7	R\$	4.072,75
8	R\$	4.165,50
9	R\$	4.260,37
10	R\$	4.357,54
11	R\$	4.456,83
12	R\$	4.558,58
13	R\$	4.662,73
14	R\$	4.769,27
15	R\$	4.878,28
16	R\$	4.989,87
17	R\$	5.104,13
18	R\$	5.220,99
19	R\$	5.340,55
20	R\$	5.463,03
21	R\$	5.588,32
22	R\$	5.716,50

TABELA II GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO		
NÍVEL	Reajuste 8,17% Vigência 01/05/15	
1	R\$	5.802,41
2	R\$	5.935,62
3	R\$	6.072,07
4	R\$	6.211,64
5	R\$	6.354,46
6	R\$	6.500,67
7	R\$	6.650,32
8	R\$	6.803,36
9	R\$	6.960,09
10	R\$	7.120,46
11	R\$	7.284,64
12	R\$	7.452,68
13	R\$	7.624,54
14	R\$	7.800,47
15	R\$	7.980,53
16	R\$	8.164,86
17	R\$	8.353,45
18	R\$	8.546,41
19	R\$	8.744,01
20	R\$	8.946,22
21	R\$	9.153,12
22	R\$	9.364,96

TABELA III GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR		
NÍVEL	Reajuste 8,17% Vigência 01/05/15	
1	R\$	10.961,73
2	R\$	11.215,97
3	R\$	11.475,97
4	R\$	11.742,17
5	R\$	12.014,64
6	R\$	12.293,43
7	R\$	12.578,73
8	R\$	12.870,75
9	R\$	13.169,69
10	R\$	13.475,55
11	R\$	13.788,59
12	R\$	14.108,96
13	R\$	14.436,85
14	R\$	14.772,38
15	R\$	15.115,79
16	R\$	15.467,26
17	R\$	15.826,96
18	R\$	16.195,05
19	R\$	16.571,86
20	R\$	16.957,40
21	R\$	17.352,11
22	R\$	17.755,93

ANEXO II

TABELA DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

Reajuste 8,17%

DENOMINAÇÃO	Nº DE FUNÇÕES	VALOR
GF 1	30	R\$ 279,92
GF 2	30	R\$ 373,19
GF 3	30	R\$ 466,49

9.

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS E GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO

Reajuste 8,17%

DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO		GRATIF. DE REPRESENTAÇÃO	
DAS-1	R\$	800,54	R\$	1.219,91
DAS-2	R\$	706,57	R\$	1.072,45
DAS-3	R\$	658,52	R\$	999,48
DAS-4	R\$	563,07	R\$	854,65
DAS-5	R\$	515,03	R\$	781,66
Assistente 1-C	R\$	332,34	R\$	195,30
Assistente 2-C	R\$	306,94	R\$	180,38
Assistente 3-C	R\$	283,34	R\$	166,52

ANEXO IV

TABELA DE GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE ENCARGOS ESPECIAIS

SÍMBOLO	CORRESPONDÊNCIA	Reajuste 8,17%
DAS-1	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 52,2909% DO NÍVEL 22	R\$ 9.284,72
DAS-2	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 47,0617% DO NÍVEL 22	R\$ 8.356,24
DAS-3	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 41,8327% DO NÍVEL 22	R\$ 7.427,79
DAS-4	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 36,6036% DO NÍVEL 22	R\$ 6.499,31
DAS-5	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 31,3745% DO NÍVEL 22	R\$ 5.570,84
1-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO 51,9855% NÍVEL 22	R\$ 4.868,42
2-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO 46,7870% DO NÍVEL 22	R\$ 4.381,58
3-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO 41,5884% DO NÍVEL 22	R\$ 3.894,73



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe o reajuste de 8,17% (oito vírgula dezessete por cento) na referência inicial das tabelas do vencimento básico, com o consequente reflexo nos intervíveis, de todos os ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná (art. 1º).

A proposição consubstancia reposição salarial e encontra amparo na revisão geral anual, assegurada pelo inciso X, do art. 27, da Constituição do Estado, a todos servidores estaduais, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio do ano em curso, data base da categoria instituída pelo art. 3º da Lei nº 16.175, de 10 de julho de 2009.

A aplicação do percentual de 8,17% (oito vírgula dezessete por cento), extensível aos servidores inativos e pensionistas (art. 1º, §§ 2º e 3º), corresponde ao IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado, relativo ao período compreendido entre os meses de maio de 2014 e abril de 2015.

Impende ressaltar que, conforme estudos realizados pela Divisão de Folha de Pagamento do Departamento de Gestão de Pessoas, o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, no montante de R\$ 1.043.494,60 (um milhão, quarenta e três mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos), corresponde a um acréscimo de 2,42% (dois vírgula quarenta e dois por cento) do total bruto da folha de pagamento referente ao mês de abril de 2015, tendo referida despesa previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 18.409, de 29 de dezembro de 2014), conforme Informação nº 1338/2015, do Departamento Financeiro.

Por igual, demonstrou o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (cf. Informação nº 1339/2015) que o impacto, em



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



percentual, na despesa total com pessoal da Instituição (computados os ativos e inativos) no presente exercício (mai/dez), será de 0,032952% em relação à receita corrente líquida prevista para o exercício de 2015, não ensejando a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial.

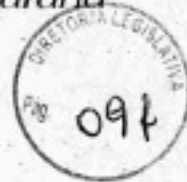
Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por unanimidade, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 26 de maio próximo passado.

9



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente do Anteprojeto de Lei, em anexo, que visa a recomposição salarial dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, apresenta adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2015, aprovado pela Lei nº 18.409, de 29.12.2014 (Lei Orçamentária Anual), e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 17.013, de 14.12.2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 18.178, de 04.08.2014 (LDO).

Curitiba, 27 de maio de 2015.

Gilberto Giacoia
Procurador-Geral de Justiça



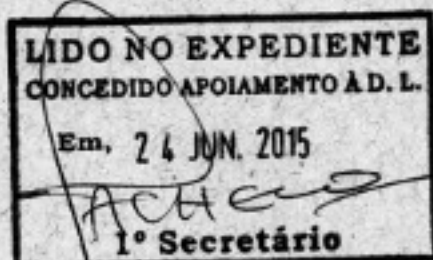
MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Ofício nº 621/2015-GAB
(Protocolo nº 8765/2015-MP/PR)

Curitiba, 27 de maio de 2015.



I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.
Em, 24/06/15

Presidente



Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a recomposição anual dos vencimentos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

Gilberto Giacoia
Procurador-Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

13:42 24/06/2015 083337 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 473/2015

Projeto de Lei nº 473/2015

Autor: Ministério Público

Reajusta, conforme especifica, o vencimento básico dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: REAJUSTE DOS VENCIMENTOS BÁSICOS DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI COMPLEMENTAR 101/00 95/98. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público, através do Ofício nº. 621/2015-MP/PR, visa reajustar o vencimento básico dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corroborando deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifo nosso)

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifo nosso)

Além do mais, a Lei Federal nº 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros; (grifo nosso)

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei.

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que foi devidamente apresentada a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2013, nos termos do art. 16, inciso II, da Lei Complementar n.º 101/00:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº. 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº. 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**, uma vez obedecido o trâmite legal, opina-se pela sua **APROVAÇÃO**.

Curitiba, 30 de junho de 2015.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
Comissão de Constituição e Justiça

APROVADO

30/06/15



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 473/15

O Projeto de Lei em análise é oriundo da Procuradoria Geral de Justiça/Ministério Público – Ofício nº 621/2015, que reajusta no percentual de 8,17% (oito vírgula dezessete por cento) o vencimento básico dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, com efeitos financeiros a contar de 01 de maio de 2015 e dá outras providências.

Preliminarmente, constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do seu Relator Deputado Fernando Scanavaca e, após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável, sendo o mesmo aprovado.

Procedida à análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que o reajuste proposto atende ao disposto no inciso X, do artigo 27, da Constituição Estadual e no art. 3º da Lei nº 16.175, de 10 de julho de 2009 e ainda, alcança os servidores inativos e pensionistas.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná e pela Parana Previdência, nos casos que lhe couberem.

Salienta-se ainda, que o proponente da matéria, ressalta que a concessão do reajuste e a implantação em folha de pagamento ficam condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira, ao comportamento da receita ao longo do exercício de 2015 e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

De igual modo, constata-se que estudos realizados pela Divisão de Folha de Pagamento do Departamento de Gestão de Pessoas,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças



o impacto orçamentário-financeiro mensal na folha de pagamento, no montante de R\$1.043.494,60 (um milhão, quarenta e três mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos), corresponde a um acréscimo de 2,42% (dois virgula quarenta e dois por cento), tendo a referida despesa previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 18.409, de 29/12/14), conforme Informação nº 1338/2015, do Departamento Financeiro.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Senhor Gilberto Giacoia, Procurador-Geral de Justiça, informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2015, aprovado pela Lei nº 18.409, de 29/12/2014-LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14/12/2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 18.178, de 04/08/2014 (LDO).

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 01/07/15

DEPUTADO GILSON DE SOUZA
PRESIDENTE

DEPUTADO ÉLIO RUSCH
RELATOR

Dep. Scanavacca

Dep. Antão

Dep. Tadeu



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



PROJETO DE LEI Nº ¹⁸³103/2015

SÚMULA: Dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo, da remuneração dos cargos em comissão, das gratificações e do auxílio-alimentação no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, e revoga e acresce dispositivos na Lei 17.947/14.

Art. 1º. Os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal efetivo, a remuneração dos cargos em comissão, bem como as gratificações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e o auxílio-alimentação, ficam reajustados em 8,17% (oito vírgula dezessete por cento), nos termos do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. O reajuste disposto no caput deste artigo também se aplica aos servidores inativos e pensionistas que não possuem paridade salarial com os servidores ativos.

Art. 2º. Fica estendido o benefício de que trata a Lei 17.947, de 10 de janeiro de 2014, aos Policiais Militares cedidos para atuação perante o Gabinete da Assessoria Militar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 3º. Ficam revogadas as alíneas c e d do artigo 3º e o artigo 7º, da Lei 17.947, de 10 de janeiro de 2014.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e da PARANAPREVIDÊNCIA, quando couber.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2015.

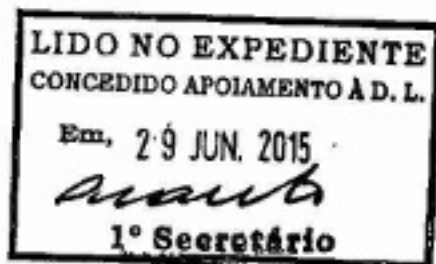
Palácio do Governo em Curitiba, de de 2015.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Ofício nº 182/15-GP



Curitiba, 25 de junho de 2015.

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À D. L. para providências.

Em,

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a superior deliberação dessa Casa de Leis, o anexo Anteprojeto de Lei, que trata da recomposição salarial dos servidores ativos, inativos e pensionistas deste Tribunal de Contas, em obediência ao princípio da revisão geral anual dos servidores, estampado no artigo 37, inciso X, da Carta da República, devidamente acompanhado da Exposição de Motivos.

Atenciosamente,

IVAN LELIS BONILHA
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Deputado **ADEMAR LUIZ TRAIANO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Cívico
N/CAPITAL



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



ANEXO I

Tabela de Vencimentos dos Cargos Efetivos									R\$ 1,00
refer/nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I
01	2.812,34	3.297,51	3.866,37	4.533,35	5.315,32	6.231,99	7.306,82	8.448,63	10.590,32
02	2.853,34	3.345,54	3.922,69	4.599,39	5.392,75	6.322,81	7.397,63	8.623,94	10.810,07
03	2.894,89	3.394,27	3.979,86	4.666,42	5.471,33	6.414,97	7.489,71	8.802,91	11.034,40
04	2.937,06	3.443,72	4.037,82	4.734,38	5.551,07	6.508,38	7.583,16	8.985,60	11.263,40
05	2.979,86	3.493,91	4.096,68	4.803,40	5.631,89	6.603,19	7.678,00	9.172,06	11.497,12
06	3.023,29	3.544,84	4.156,33	4.873,42	5.713,95	6.699,39	7.774,23	9.362,41	11.735,72
07	3.067,33	3.596,49	4.216,91	4.944,42	5.797,20	6.796,97	7.871,90	9.556,70	11.979,25
08	3.112,05	3.648,95	4.278,40	5.016,48	5.881,66	6.896,03	7.970,93	9.755,01	12.227,84
09	3.157,45	3.702,14	4.340,81	5.089,60	5.967,36	6.996,52	8.071,34	9.957,45	12.481,61
10	3.203,42	3.756,08	4.404,01	5.163,73	6.054,30	7.098,42	8.173,26	10.164,08	12.740,61
11	3.250,11	3.810,80	4.468,19	5.239,02	6.142,50	7.201,87	8.276,69	10.374,98	13.005,01

Servidor Comissionado								R\$ 1,00
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	ENCARGOS ESPECIAIS	VENCIMENTO BÁSICO		REPRESENTAÇÃO DE GABINETE	TOTAL COM ENCARGOS ESPECIAIS		
		SERVIDOR COM E SEM VÍNCULO	SERVIDOR COM VÍNCULO	SERVIDOR SEM VÍNCULO		SERVIDOR COM VÍNCULO	SERVIDOR SEM VÍNCULO	
DAS-1	-	8.276,69	202,43	1.012,20	1.542,41	10.021,53	10.831,31	
DAS-2	-	7.306,82	178,65	893,32	1.355,97	8.841,44	9.556,11	
DAS-3	-	6.796,97	166,52	832,57	1.263,71	8.227,19	8.893,25	
DAS-4	-	5.797,20	142,38	711,94	1.080,59	7.020,17	7.589,74	
DAS-5	-	5.315,32	130,24	651,15	988,30	6.433,85	6.954,77	
1-C	-	3.297,51	84,05	420,18	246,94	3.628,50	3.964,63	
2-C	-	3.297,51	77,61	388,08	228,07	3.603,19	3.913,66	
3-C	-	3.297,51	71,65	358,23	210,51	3.579,67	3.866,24	

Gratificação de Função	
Função	Valor Mensal
Adjunto	R\$ 4.503,80
Coordenador de Fiscalização	R\$ 4.503,80
Gerente de Unidade	R\$ 2.573,60
Coordenador de Gabinete	R\$ 2.573,60
Pregoeiro	R\$ 2.573,60

Gratificação por hora-aula	
Graduação	Valor Mensal
Doutor	R\$ 175,13 / hora
Mestre	R\$ 159,20 / hora
Especialista	R\$ 143,28 / hora
Graduado	R\$ 127,36 / hora
Nível Médio	R\$ 111,44 / hora

Auxílio - alimentação - Lei 17.947/14	
auxílio-alimentação	R\$ 813,40

Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais	
Atividade	Valor Mensal
Núcleos / Plantão / Ger. Op.	R\$ 1.929,88
Art. 3º, III, a, b, c - Lei 17.423/12	R\$ 1.286,80

Símbologia	Função Privativa-Policial na Assessoria Militar do TCE-PR	Verba Transitória
FPPA1	Chefe da Assessoria Militar	R\$ 3.785,95
FPPA2	Subchefe da Assessoria Militar	R\$ 2.704,25
FPPA3	Agente Operacional	R\$ 1.622,56



EXPOSIÇÃO/JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei dispõe sobre o reajuste a ser aplicado sobre o vencimento básico dos servidores ativos e inativos, sobre a remuneração dos cargos em comissão e sobre as gratificações concedidas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Tem por objetivo assegurar o princípio da revisão geral anual, dando efetividade ao disposto no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, e no artigo 27, inciso X, da Constituição do Estado.

O índice ora pleiteado, de 8,17% (oito vírgula dezessete por cento), é fruto dos percentuais inflacionários calculados pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para o período de maio/2014 a abril/2015, consoante tabela 1:

Tabela 1. Índice de Preços ao Consumidor Amplo – mai/14 a abr/15

Competência	Índice	acumulado (%)
mai/2014	0,46	0,46
jun/2014	0,4	0,86
jul/2014	0,01	0,87
ago/2014	0,25	1,12
set/2014	0,57	1,70
out/2014	0,42	2,13
nov/2014	0,51	2,65
dez/2014	0,78	3,45
jan/2015	1,24	4,73
fev/2015	1,22	6,01
mar/2015	1,32	7,41
abr/2015	0,71	8,17
TOTAL:		8,17

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

A presente proposta também pretende adequar o pagamento do auxílio-alimentação aos moldes adotados pelo Tribunal de Justiça do Paraná e Ministério Público do Paraná, com a retirada da previsão de desconto nos casos de afastamentos legais, bem como estender o benefício aos policiais lotados no Gabinete da Assessoria Militar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Impactos e Memória de Cálculo

O impacto orçamentário e financeiro do Anteprojeto de Lei em comento, observadas as disposições legais, **será suportado integralmente pelo orçamento próprio** do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas disponibilidades financeiras e importará em acréscimo de:

- R\$ 1.543.443,11/mês (um milhão, quinhentos e quarenta e três mil, quatrocentos e quarenta e três reais e onze centavos);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



- R\$ 20.574.096,66/ano (vinte milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, noventa e seis reais e sessenta e seis centavos).

Na tabela 2 são apresentados o histórico da despesa total com pessoal desta Casa e a projeção de gastos no exercício de 2015, assim como nos dois exercícios subsequentes, em comparação ao limite de gasto total possível, segundo as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, que tem por base a Receita Corrente Líquida (RCL).

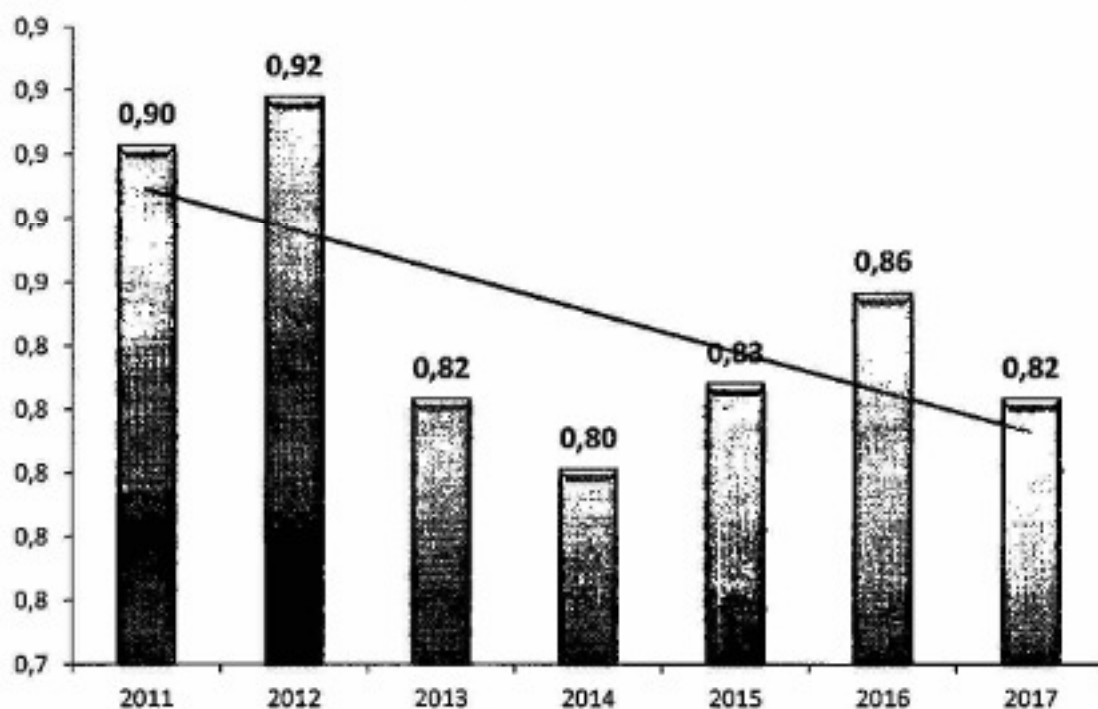
Tabela 2. Evolução da Despesa Total com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida - 2011 a 2017

Elemento	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Despesa Total	178.019	201.037	209.163	227.092	253.513	283.214	294.005
Pessoal							
Receita Cor. Líquida *	19.713.402	21.894.072	25.397.664	28.336.699	30.603.635	33.051.926	35.696.080
Limite (% da RCL)	0,90	0,92	0,82	0,80	0,83	0,86	0,82

Notas: * No cálculo da RCL entre 2015 e 2017 foi adotada variação de 8% ao ano.

Observa-se que o percentual da despesa com pessoal em relação à RCL aumenta nos exercícios de 2015 e 2016, chegando ao percentual de 0,86% (zero vírgula oitenta e seis por cento) em 2016, iniciando trajetória descendente nos exercícios subsequentes.

Gráfico 1. Despesa de Pessoal (% RCL)



Fonte: Elaboração própria

A Lei de Responsabilidade Fiscal fixa o limite máximo para as despesas de pessoal (incisos I, II e III, artigo 20 da LRF) em 1,36% da RCL, tendo como limite prudencial (parágrafo único, artigo 22 da LRF), 1,29%. Ambos são plenamente atendidos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Segue abaixo o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 1º quadrimestre de 2015 – maio de 2014 a abril de 2015.

ESTADO DO PARANÁ - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2014 A ABRIL DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (maio de 2014 a abril de 2015)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	268.677.201,78	118.042.351,78
Pessoal Ativo	199.450.632,38	118.042.351,78
Pessoal Inativo e Pensionistas	69.226.569,34	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	42.823.671,59	117.907.189,42
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	21.389.118,46	117.907.189,42
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	21.434.553,13	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	225.853.530,11	138.162,36

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	29.308.089.120,43	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (I) + (II)	311.500.873,37	0,77%
LIMITE MÁXIMO (VI) (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)	399.678.012,04	1,36%
LIMITE PRECENDIAL (VII) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	379.106.349,03	1,29%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (VI) x 10 (inciso II do § 1º do art. 69 da LRF)	399.678.012,04	1,36%

Fonte: Sistema GAF, Unidade Responsável: Diretoria de Finanças, Data da emissão: 28/05/2015 e hora de emissão: 10:00.

Conforme Documentos Contábeis.

RCL: Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA/SEFANET, conforme Receita Corrente Líquida consolidada enviada em 27/05/2015.

Encontra-se anexa a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 18.409, de 29/12/2014) e compatibilidade com o Plano Plurianual 2012 – 2015 (Lei Estadual nº 17.013, de 14/12/2011) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 18.178, de 05/08/2014).



DECLARAÇÃO

Eu, Ivan Lelis Bonilha, CPF n.º 689.426.729-49, Presidente do TCE/PR, eleito em sessão ordinária n.º 45, de 11 de dezembro de 2014, publicada no DETC n.º 1035, de 07 de janeiro de 2015, na qualidade de ordenador de despesa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, declaro que o aumento de despesa com pessoal decorrente da recomposição da inflação em comento possui adequação orçamentária e financeira com o Plano Plurianual 2012/2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias n.º 18.178, de 05 agosto de 2014, e Lei Orçamentária Anual n.º 18.409, de 29 de dezembro de 2014, para o exercício de 2015.

Declaro, ainda, que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar n.º 101/2000, de 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17.

Curitiba, 25 de junho de 2015.


IVAN LELIS BONILHA
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Lei 17947 - 10 de Janeiro de 2014

Publicado no Diário Oficial nº. 9122 de 10 de Janeiro de 2014

Súmula: Institui no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná o auxílio-alimentação.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Institui, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o auxílio-alimentação.

Art. 2º. O auxílio-alimentação possui natureza indenizatória e será concedido aos servidores ativos efetivos e comissionados do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. A concessão do benefício será feita em pecúnia, proporcionalmente aos dias efetivamente trabalhados, conforme apurado em boletim de frequência gerado pela Diretoria de Gestão de Pessoas.

Art. 3º. O benefício não será concedido:

- a) aos inativos e pensionistas;
- b) aos servidores em disposição ou cessão funcional;
- c) aos servidores em gozo de férias;
- d) aos servidores em licenças e afastamentos legais;
- e) aos servidores que estejam cumprindo pena de suspensão.

Art. 4º. Considerar-se-á, para efeitos de pagamento do auxílio-alimentação, a proporção de 22 (vinte e dois) dias úteis por mês.

§ 1º A proporção de que trata este artigo será considerada para efeito de desconto de eventuais faltas injustificadas.

§ 2º As diárias devidas aos servidores sofrerão desconto correspondente ao auxílio-alimentação, exceto aquelas eventualmente pagas em finais de semana e feriados, observada a proporcionalidade prevista no caput deste artigo.

§ 3º O afastamento do servidor para participação em cursos, treinamentos ou atividades congêneres, mediante autorização do Presidente do Tribunal de Contas, é considerado como dia trabalhado para percepção do auxílio-alimentação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 5º. O auxílio-alimentação de que trata esta Lei é fixado em R\$ 710,00 (setecentos e dez reais) e será implementado a critério da Administração e de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 6º. Os benefícios de que trata esta Lei não serão:

I - incorporados ao subsídio, vencimento, remuneração, provento ou pensão;

II - configurados como rendimentos tributáveis;

III - base de cálculo de contribuição previdenciária e aplicação do teto remuneratório.

Art. 7º. A atualização dos valores do auxílio-alimentação se dará anualmente mediante ato do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, observando o índice aplicado à atualização dos vencimentos dos servidores ativos e inativos e a remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 8º. As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de janeiro de 2014.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Artagão de Mattos Leão
Presidente do Tribunal de Contas do Estado

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Reinhold Stephanes
Chefe da Casa Civil



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o **Projeto de Lei nº 483, de 2015**, de autoria do Tribunal de Contas que *"dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo, da remuneração dos cargos em comissão, das gratificações e do auxílio-alimentação no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao art.37, inciso X, da Constituição Federal, e revoga e acresce dispositivos na Lei 17.947/14."*

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION

i. Relatório

Submete-se, nesta oportunidade, ao exame desta Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 483, de 2015, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o qual tem por objetivo reajustar as tabelas de vencimento dos cargos e das funções dos servidores dos quadros de pessoal e das gratificações e do auxílio-alimentação daquele órgão.

ii. Fundamentação

Passo para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A¹, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução no ordenamento jurídico de norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

O PL nº 483, de 2015, não apresenta vício de regimentalidade.

¹Art. 33-A [RIALEP] Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Em relação ao proponente, inegavelmente, é legítimo para apresentar Projetos de Lei conforme se verifica no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124²).

Acerca da matéria, propriamente dita, a Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, dispõe sobre a "Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná", estabelecendo que, compete ao Tribunal de Contas propor a Assembleia Legislativa, a criação, fixação dos vencimentos de seus servidores.

*Art. 2º Ao Tribunal de Contas é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente:
V – propor à Assembleia Legislativa a criação, a transformação ou a extinção de cargos e funções de seu Quadro de Pessoal e a fixação dos respectivos vencimentos;*

Ademais, cumpre ressaltar que o reajuste da remuneração dos servidores é previsto no Art. 27, inciso X da Constituição Estadual, conforme adiante transcrito:

*Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:
(Redação dada pela Emenda Constitucional 11 de 10/12/2001) (vide Lei 16867 de 12/07/2011)
X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;
(Redação dada pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000) (vide Lei 15799 de 16/04/2008) (vide Lei 16868 de 12/07/2011) (vide Lei 16821 de 02/06/2011) (vide Lei 16814 de 19/05/2011)*

No que se refere ao impacto financeiro, cumpre observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

² Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o Tribunal de Contas anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira, aprovado pela Lei Estadual nº 18.409, de 2014, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013, de 2011. Preenchendo os requisitos exigidos pela lei complementar 101, de 2000.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar federal nº 95, de 1998, bem como, no âmbito estadual, a Lei Complementar nº 176, de 2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

iii. Conclusão

Diante do exposto, voto pela APROVAÇÃO, dentro dos limites regimentais desta Comissão, do Projeto de Lei nº 483, de 2015.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 2015.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Deputado **NELSON JUSTUS**
Presidente

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Deputado **PEDRO LUPION**
Relator

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

APROVADO

30.06.15 *[Handwritten mark]*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 483/15

O presente Plano de Lei em estudo é oriundo do Tribunal de Contas – Ofício nº 182/2015-GP, que dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal Efetivo, da remuneração dos cargos em comissão, das gratificações e do auxílio alimentação no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2015, em observância ao art. 37, inciso X, da Constituição Federal, alterando ainda dispositivos da Lei nº 17.947/14.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do seu Relator Deputado Pedro Lupion exarou o devido parecer favorável, sendo o mesmo aprovado.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a proposta encontra-se plenamente justificada.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro, a que se refere a Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a proposta esclarece que as despesas decorrentes desta Lei, serão suportadas pelo orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas disponibilidades financeiras e do PARANÁPREVIDÊNCIA, quando couber, e importará em um acréscimo de R\$1.543.443,11 (um milhão, quinhentos e quarenta e três mil, quatrocentos e quarenta e três reais e onze centavos) mensal, e R\$20.574.096,66 (vinte milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, noventa e seis reais e sessenta e seis centavos) anual.

De igual modo, é salutar observar que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Contas, Senhor Ivan Lelis Bonilha, informando que a mesma apresenta adequação



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças



orçamentária e financeira com o Plano Plurianual 2012-2015, e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 18.178, de 05 de agosto de 2014, e Lei Orçamentária Anual nº 18.409, de 29 de dezembro de 2014, para o exercício de 2015, bem como preenche os requisitos exigidos na Lei Complementar Federal nº 101/00, especialmente quanto às normas contidas nos arts. 16 e 17.

Diante do exposto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

01/07/15

DEPUTADO GILSON DE SOUZA
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

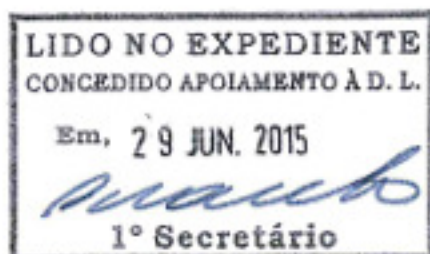
[Assinatura]
Deputado Elói

[Assinatura]
Deputado Antônio

[Assinatura]
Deputado Tadeu



Projeto de Lei nº 484/2015



Alteração da data base para a revisão geral anual e estabelecimento, para os anos que especifica, do índice de revisão geral para os servidores efetivos e comissionados integrantes do Quadro de Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e adoção de outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Estabelece que, para o ano de 2015, o reajuste anual se aplica aos servidores efetivos e comissionados integrantes do Quadro de Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o qual será realizado em parcela única, no mês de outubro de 2015, com o índice de 3,45% (três vírgula quarenta e cinco por cento), equivalente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado entre os meses de maio de 2014 e dezembro de 2014.

Art. 2º Estabelece o dia 1º de janeiro do ano de 2016 para a antecipação da revisão geral anual aos servidores efetivos e comissionados integrantes do Quadro de Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em atendimento ao disposto no inciso X do art. 27 da Constituição Estadual.

Parágrafo único. Para o ano de 2016, a revisão geral a que se refere o *caput* deste artigo será implantada pelo Poder Legislativo, em percentual equivalente ao IPCA acumulado entre os meses de janeiro de 2015 e dezembro de 2015.

Art. 3º Estabelece o dia 1º de janeiro de 2017 e o dia 1º de maio de 2017 para a revisão geral anual aos servidores efetivos e comissionados integrantes do Quadro de Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em atendimento ao disposto no inciso X do art. 27 da Constituição Estadual.

§ 1º Para o reajuste de 1º de janeiro de 2017, a revisão geral a que se refere o *caput* deste artigo será implantada pelo Poder Legislativo, em percentual equivalente ao IPCA acumulado entre os meses de janeiro de 2016 a dezembro de 2016.



§ 2º Fica, ainda, estipulado o percentual de 1% (um por cento) de adicional relativo à compensação dos meses não pagos do ano de 2015.

§ 3º Para o reajuste de 1º de maio de 2017, a revisão geral a que se refere o *caput* deste artigo será implantada pelo Poder Legislativo, em percentual equivalente ao IPCA acumulado entre os meses de janeiro de 2017 a abril de 2017.

Art. 4º Os reajustes previstos nesta Lei serão estendidos aos servidores inativos e aos pensionistas, cujo benefício seja oriundo da relação de dependência com servidor segurado que fora vinculado ao Quadro de Servidores Efetivos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 5º Os índices de revisão referidos nos arts. 1º, 2º e 3º desta Lei aplicam-se:

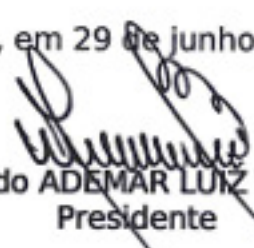
I – ao vencimento básico dos servidores, com o consequente reflexo nos demais valores que compõem a remuneração;

II – ao Auxílio-Alimentação, criado pela Resolução nº 13, de 9 de novembro de 2011;

III – ao Auxílio-Creche, criado pela Resolução nº 8, de 29 de junho de 2011.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 29 de junho de 2015.


Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



JUSTIFICATIVA

A Assembleia Legislativa, em conformidade com os anos anteriores, concede aos seus servidores o mesmo índice de reajuste utilizado pelo Poder Executivo para a revisão geral das remunerações.

A proposição apresentada inova neste ano e valoriza ainda mais o servidor da Assembleia, na medida em que estende os reajustes ao Auxílio-Alimentação e ao Auxílio-Creche.

Diante disso, contamos com o apoio dos demais parlamentares para a aprovação da proposta.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Diretoria Financeira



INFORMATIVO 002/2015 - DF

Interessado: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Assunto: Relatório de impacto orçamentário devido proposta de reajuste salarial dos servidores

Tem o presente a finalidade de apresentar demonstrativo de cálculo do impacto orçamentário a ser gerado com a aplicação da proposição de correção salarial aos servidores da ALEP.

1. PROPOSTA DE REAJUSTE

- a) Para o ano de 2015: estabelece a concessão do índice de **3,45%** (três virgula quarenta e cinco por cento), equivalente à variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), **acumulado no período maio/2014 a dezembro/2014**, a ser aplicado sobre os salários vigentes em 1º de outubro de 2015.
- b) Para o ano de 2016: estabelece a concessão de nova correção, nos salários vigentes em 1º de janeiro de 2016, de percentual equivalente à **variação acumulada do IPCA no período janeiro/2015 a dezembro/2015**.
- c) Para o ano de 2017: estabelece a aplicação de correção aos salários vigentes em 1º de janeiro de 2017, de percentual equivalente à **variação acumulada do IPCA no período janeiro/2016 a dezembro de 2016**; adicionalmente, estabelece a aplicação cumulativa de **1% (um por cento)**, como compensação adicional de data-base, devido aos meses não ajustados em 2015; complementarmente, para retomar à data-base, estabelece a aplicação de nova correção em 1º de maio de 2017, referente à **variação acumulada do IPCA entre janeiro/2017 e abril/2017**.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Diretoria Financeira



2. PREMISSAS

- a) Proposta de reajuste não impacta Pensionistas e Adidos
- b) Despesas com pessoal mantém regularidade, crescendo nos meses finais do ano devido férias e 13º salário
- c) Para efeito de impacto, consideramos como referência as despesas realizadas durante 2014, por dispormos do período integral
- d) Nos cálculos para 2016 e 2017, consideramos as estimativas indicadas no Relatório de Inflação do Banco Central do Brasil em junho/2015 (volume 17, número 2)

3. CÁLCULO DO IMPACTO ANO A ANO

ETAPA 1 – Impacto em 2015

- Aplicação em 01/10/2015 reajuste salarial linear de **3,45%** (três vírgula quarenta e cinco por cento), que resultará em majoração da despesa em **R\$ 3.020.144,95** (três milhões, vinte mil, cento e quarenta e quatro reais e noventa e cinco centavos).

ETAPA 2 – Impacto em 2016

- Aplicação em 01/01/2016 de reajuste salarial linear de **9%** (variação do IPCA entre janeiro e dezembro de 2015, estimado pelo BC), que impactará o orçamento de despesas de 2016 em **R\$ 24.739.372,48** (vinte e quatro milhões, setecentos e trinta e nove mil, trezentos e setenta e dois reais e quarenta e oito centavos).

ETAPAS 3 e 4 – Impacto em 2017

- Aplicação em 01/01/2017 de reajuste salarial linear de **5,848%** (cinco vírgula oito quatro oito por cento) – referente a variação estimada do IPCA entre janeiro e dezembro de 2016, estimada em 4,8% (quatro vírgula oito por cento), acrescida de 1% (um por cento – adicional de data-base); e aplicação em 01/05/2017 de reajuste salarial linear de **1,526%** (um vírgula cinco dois



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Diretoria Financeira

PROT. N.º 916015

Fls. 092
Protocolo

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pg. 094

Fls. 04
Diretoria Financeira

seis por cento) – referente à variação estimada do IPCA entre janeiro e abril de 2017, que impactará o orçamento de despesas de 2017 em mais **R\$ 20.748.255,87** (vinte milhões, setecentos e quarenta e oito mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e sete centavos).

4. CONCLUSÃO E INFORMATIVO FINAL

Considerando os demonstrativos ano a ano, mantidas as premissas de regularidade da folha de pagamentos, e confirmando-se as estimativas de inflação do Banco Central, teríamos impacto orçamentário adicional global de **R\$ 48.507.773,29** (quarenta e oito milhões, quinhentos e sete mil, setecentos e setenta e três reais e vinte e nove centavos)

É a informação.

Curitiba, 29 de junho de 2015

João Ney Marçal Jr
Diretor Financeiro



FUNDAMENTAÇÃO

Compete à esta Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade e técnica legislativa dos projetos de lei apresentados:

Art. 33—A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Comissão de Constituição e Justiça
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DIRETORIA LEGISL.
Pag. 268

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o art. 18 do Regimento Interno desta Casa de Leis afirma que é de competência da Mesa Executiva iniciar o processo legislativo no caso de fixação da respectiva remuneração:

Art. 18. À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

III – iniciar o processo legislativo nos seguintes casos:
c) criação, transformação e extinção de cargos e funções dos serviços da Assembleia e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Não obstante, a Constituição do Estado do Paraná estabelece as competências privativas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

Comissão de Constituição e Justiça
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Além disso, foi respeitado o artigo 27 da Constituição Estadual, o qual estabelece que a remuneração dos servidores somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Vislumbra-se, portanto, que a Comissão Executiva detém a competência necessária para propor o presente projeto de lei.

Ainda, é de se destacar que o projeto de lei em comento por se tratar de pretensão cujo escopo seja a revisão geral, esta amparado com o estudo de impacto orçamentário-financeiro causado e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, atendendo aos termos da lei complementar nº 101/00.

Quanto à técnica legislativa, o projeto ora analisado está em acordo com o disposto em Lei Complementar 95/98 destinada a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014.

CONCLUSÃO

Comissão de Constituição e Justiça
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, ante a sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**, bem como por atender as normas de Técnica Legislativa e as disposições da lei complementar nº 101/00.

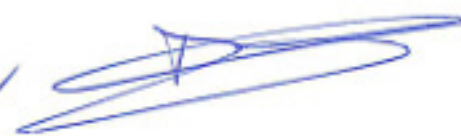
Curitiba, 06 de julho de 2015.


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente


DEP. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI
Relator

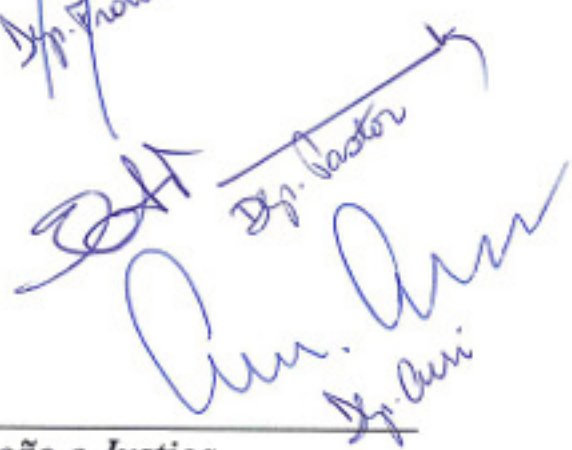

Dep. Tiago Amarel



Dep. Francisco




Dep. Carlos


Dep. Francisco


Dep. Pastor

APROVADO
06/07/15 

Comissão de Constituição e Justiça
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO TIAGO AMARAL

PARECER PL Nº 484/15

Da COMISSÃO DE FINANÇAS sobre o Projeto de Lei nº **484/15**, de autoria da Mesa Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que VISA PROMOVER A ALTERAÇÃO DA DATA BASE PARA REVISÃO GERAL ANUAL DOS SERVIDORES EFETIVOS E COMISSIONADOS DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ.

Relator: Deputado TIAGO AMARAL

I- RELATÓRIO

O projeto de Lei (PL) nº 484/15, de autoria da Mesa Executiva, objetiva promover a alteração da data base para revisão geral anual dos servidores efetivos e comissionados do poder legislativo do Estado do Paraná.

Através do projeto de lei em análise, a mesa executiva as assembleia legislativa propõe alterações, que seguem o modelo proposto pelo poder executivo, em que pese possua orçamento independente, para a reposição anual dos servidores do poder legislativo.



Pretende com o modelo proposto conceder a mesa pretende conceder 3,45 % referente ao IPCA do período maio a dezembro de 2014, quando da sanção da Lei, conceder em 1 de janeiro de 2016 reajuste no valor do IPCA acumulado de janeiro a dezembro de 2015 e duplo reajuste em 2017, nos meses de janeiro e maio, retornando ao modelo vigente de reajustamento.

Em apertada análise, esses são os motivos e fatos que ensejam a propositura do presente projeto de lei.

É O RELATÓRIO.

II- ANÁLISE

De início, compete à Comissão de Finanças, em consonância ao disposto no artigo 33-B, do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, manifestar-se sobre proposições que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública, sobre atividades financeiras do Estado, sobre matéria tributária, empréstimos públicos e sobre matérias que disponham sobre a remuneração dos agentes políticos estaduais, incluindo os Secretários de Estado, os Magistrados e os Membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas:

A **Constituição da República** determina especificamente a competência de cada ente e, no caso em tela, observa-se que a competência de cada ente, deve ser respeitada para a propositura



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO TIAGO AMARAL

da reposição anual de seus quadros de servidores e que cumpre ao Poder respectivo promover sua previsão anual, senão vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, **assegurada revisão geral anual**, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

Competente a mesa executiva para legislar sobre a matéria objeto do presente projeto, temos que a impactação decorrente do mesmo, deve ser observada, para fins de cumprimento do quanto disposto nos art. 15 e 16 da LC nº 101/2000:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17,

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO TIAGO AMARAL

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO TIAGO AMARAL

Assim, considerando que foram juntados os documentos necessários ao cumprimento do quanto disposto acima, não há o que se falar em óbice ao projeto na presente comissão.

É O VOTO.

III – CONCLUSÃO

Nada mais havendo a acrescer na conclusão da presente análise, encerro meu voto relatando pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Ordinária nº 484/2015, de autoria da Mesa Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, ante a evidente adequação aos preceitos legais ensejadores da atuação desta Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, 06 de julho de 2015.



Deputado GILSON DE SOUZA
Presidente



Deputado TIAGO AMARAL
Relator



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 490/2015

Súmula: Concessão, para revisão geral anual do ano de 2015, do índice geral de 8,17% nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Art. 1º. Concede, para revisão geral anual referente ao ano de 2015, o índice geral de 8,17% (oito vírgula dezessete pontos percentuais) nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, em atendimento ao disposto no art. 27, X, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2º. O disposto no artigo 1º se aplica aos cargos de provimento em comissão de Assessor Técnico da Defensoria Pública-Geral, simbologia DAS-2, criados pela Lei Complementar Estadual nº. 136, de 19 de maio de 2011.

Art. 3º. A aplicação do índice fixado no art. 1º desta Lei será implementada em folha de pagamento com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2015.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correção a conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.


JOSIANE FRUET DE TULLIUM

Defensora Pública-Geral do Estado do Paraná



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

A revisão geral anual é garantida pelo artigo 37, X, da Constituição Federal, e pelo artigo 27, X, da Constituição do Estado do Paraná, distinguindo-se claramente do "reajuste" porque, diferente deste, não há elevação do poder aquisitivo, mas tão somente a recomposição dos valores decorrentes das perdas por conta da inflação. Por este mesmo motivo, a revisão geral anual estritamente limitada a tais perdas não encontra qualquer óbice na Lei de Responsabilidade Fiscal, dispensando, inclusive, o estudo de impacto orçamentário, nos exatos termos do artigo 17, §6º e 22, parágrafo único, inciso I, parte final, da Lei Complementar nº. 101/00.

Em relação ao ano de 2015, destaca-se que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de referência abril de 2015, indicando um índice acumulado de 8,17% para os últimos 12 meses. Assim, encaminhamentos o presente Projeto de Lei Ordinária, simetricamente ao teor dos Projetos de Lei 472/15 (Tribunal de Justiça) e 473/15 (Ministério Público), para que seja apreciado, discutido e aprovado pelos nobres deputados do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Renovamos, na oportunidade, os protestos de alta estima e consideração.


JOSIANE FRUET BETTIN LUPION
Defensora Pública-Geral do Estado do Paraná



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Projeto de Lei Ordinária, em anexo, que visa a recomposição salarial dos servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná apresenta adequação orçamentária e financeira com o orçamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná para o exercício de 2015, aprovado pela Lei nº 18.409, de 20/12/2014 (Lei Orçamentária Anual), e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA), aprovado pela Lei nº 17.013, de 14/12/2011, e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 18.178, de 05/08/2014 (LDO).

Curitiba, 29 de junho de 2015.


JOSIANE FRUET BEPTINI LUPION
Defensora Pública-Geral do Estado do Paraná

ANEXO IV - SUBSÍDIO DEFENSOR PÚBLICO

SUBSÍDIO - DEFENSOR PÚBLICO

TEMPO/REFERÊNCIAS	05 Anos	10 Anos	15 Anos	20 Anos	25 Anos	31 Anos	32 Anos	33 Anos	34 Anos	35 Anos
CATEGORIA	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1ª	14.421,00	15.142,05	15.863,10	16.584,15	17.305,20	18.026,25	18.747,30	19.468,35	20.189,40	20.910,45
2ª	13.734,29	14.421,00	15.107,72	15.794,43	16.481,14	17.167,86	17.854,57	18.541,29	19.228,00	19.914,72
3ª	13.080,27	13.734,29	14.388,30	15.042,31	15.696,33	16.350,34	17.004,36	17.658,37	18.312,38	18.966,40
										19.620,41

ANEXO V - VENCIMENTOS BÁSICOS

VENCIMENTO BÁSICO - AGENTE PROFISSIONAL DA DEFENSORIA

CLASSE	DINÂMICA INTERCLASSE	SUBSÍDIO BASE	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1							6.175,04	7.718,80	8.480,68	8.878,62	9.262,56	9.648,50	10.034,44
2	1,10				4.490,94	5.164,50	5.389,12	5.813,87					
3		3.087,09	3.550,15	3.727,66	3.905,16	4.082,67							

VENCIMENTO BÁSICO - ASSISTENTE TÉCNICO DA DEFENSORIA

CLASSE	DINÂMICA INTERCLASSE	SUBSÍDIO BASE	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1							2.344,36	2.930,45	3.223,49	3.370,02	3.516,54	3.663,06	3.809,58
2	1,05				1.786,18	2.064,10	2.143,41	2.232,72					
3		1.286,29	1.479,24	1.553,20	1.627,16	1.701,12							



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Coordenação Geral de Administração

Informação Conjunta nº 001/2015/DPP/DFI e DRH.

ASSUNTO: Custo da Folha de Vencimentos corrigida pela Revisão Geral Anual a 8,17% a partir de maio/2015.

Para fins de Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro decorrentes da Revisão Geral Anual 2015, apresentamos o custo realizado até o mês corrente e o custo projetado para o segundo semestre deste exercício:


Tipo de Vantagem	1º Trimestre	2º Trimestre *	3º Trimestre**	4º Trimestre	Total
1 - Vencimentos	R\$ 3.821.054,34	R\$ 4.155.790,01	R\$ 4.443.810,72	R\$ 4.353.089,09	R\$ 16.773.753,16
2 - Indenizações e restituições trabalhistas (provisão)	R\$ 20.268,18	R\$ 15.511,61	R\$ 13.126,78	R\$ 13.126,78	R\$ 62.033,35
3 - Obrigações patronais - INSS	R\$ 17.588,73	R\$ 17.588,73	R\$ 21.139,72	R\$ 21.139,72	R\$ 77.456,90
4 - Obrigações patronais - PR Prev	R\$ 448.922,17	R\$ 455.534,31	R\$ 456.399,93	R\$ 456.399,93	R\$ 1.815.256,34
5 - Outras despesas variáveis - Indenizações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 462.726,39	R\$ 164.774,37	R\$ 627.500,76
6 - Outras despesas variáveis - Acumulação	R\$ 0,00	R\$ 407.871,87	R\$ 977.896,96	R\$ 915.527,57	R\$ 2.391.296,40
7 - Outras despesas do exercício anteriores	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.022.492,18	R\$ 0,00	R\$ 1.022.492,18
Totais	R\$ 4.305.833,42	R\$ 5.142.266,53	R\$ 7.397.604,68	R\$ 5.924.657,46	R\$ 22.769.792,09

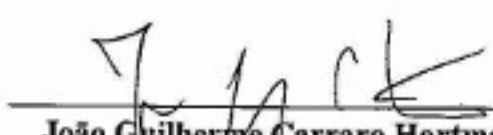
(*) incluindo os empenhos da folha de junho/2015.

(**) considerando em Vencimentos, o impacto da RGA referente a maio e junho no mês de julho/2015

Considerando a Disponibilidade Orçamentária da Defensoria Pública no Exercício 2015, informamos que há recursos orçamentários necessários à Revisão Geral Anual, em 8,17%, a partir da folha de maio de 2015. Os impactos nos exercícios subsequentes serão consignados nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais.

Curitiba, 26 de junho de 2015.


Luciano Bonamigo de Sousa
Departamento Financeiro


João Guilherme Carraro Hortmann
Departamento de Recursos Humanos



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 29 JUN. 2015

Assunto
1º Secretário

Ofício nº 328/2015/GAB/DPG

Curitiba, 29 de junho de 2015



A Sua Excelência
Deputado Ademar Traiano
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta

Assunto: Encaminha Projeto de Lei Ordinária referente à revisão geral anual constitucional (recomposição de valores decorrentes das perdas inflacionárias).

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência Projeto de Lei Ordinária que objetiva recompor os valores decorrentes das perdas inflacionárias, revisando o subsídio e a remuneração dos membros e agentes integrantes do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná, nos estritos termos do art. 37, X, da Constituição da República e do art. 27, X, da Constituição do Estado do Paraná.

A iniciativa de lei escora-se no art. 134, §4º c.c. art. 96, II, "b", da Constituição da República, restando a incompatibilidade da Constituição Estadual como mera questão de inadequação temporal a ser oportunamente corrigida, conforme já expressamente reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (ADI 5217/PR).

Ressalto, por fim, a disponibilidade orçamentária e financeira atestada pelas informações que seguem em anexo ao presente. Certa de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os protestos de apreço e consideração.

Josiane Fruet Bettin Lupion
JOSIANE FRUET BETTIN LUPION

Defensora Pública-Geral do Estado do Paraná



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 490/2015

Projeto de Lei 490/2015

Autor: Defensoria Pública do Estado do Paraná

Concessão, para revisão geral anual do ano de 2015, do índice geral de 8,17% nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

**REAJUSTE DE VENCIMENTOS.
OBSERVÂNCIA DAS LEIS Nº
17.013/2011 E 18.409/2014.
COMPATIBILIDADE. PROJETO DE
INICIATIVA DEFENSORIA PÚBLICA.
LEGITIMIDADE. ADI 5217 - SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL. ART. 134 §2º DA
CF. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº
101/00. CONSTITUCIONALIDADE.
LEGALIDADE. PARECER PELA
APROVAÇÃO.**



PREÂMBULO

O projeto de lei ora apresentado tem por objetivo reajustar as tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **Art. 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



A Defensoria Pública, segundo o Art. 134 e §2º, da Constituição da República, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, inclusive, assegurada a autonomia, nos termos seguintes:

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

§ 2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Neste sentido, corrobora a **Constituição do Estado do Paraná**, incumbindo-lhe a orientação jurídica integral e gratuita, nos termos do Art. 127 seguinte:

Art. 127. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica integral e gratuita, a postulação e a defesa, em todas as instâncias, judicial e extrajudicial, dos direitos e dos interesses individuais e coletivos dos necessitados, na forma da lei. Parágrafo único. São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a impessoalidade e a independência na função. (grifo nosso)

Ressalta-se, ainda, o Art. 128 da Constituição Estadual determinando a previsão por Lei Complementar sobre a organização, estrutura e funcionamento da Defensoria Pública do Estado.

Assim, a **Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011** dispõe sobre a organização, estrutura e funcionamento da Defensoria Pública, bem como, sobre os direitos, deveres, prerrogativas, atribuições e carreiras de seus membros.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Da análise, verifica-se que houve alteração da referida Lei Complementar (via LC 180/2014), especificamente, do Art. 7º que suprimiu a autonomia financeira do referida Instituição. No entanto, cumpre ressaltar, a **ADI nº 5217, perante o Supremo Tribunal Federal**, cujo entendimento assentado na Suprema Corte qualificou como preceito fundamental a autonomia administrativa e financeira da Defensoria Pública, considerando-se inconstitucional qualquer medida que subordine a Instituição ao Poder Executivo, consoante exegese do art. 134, §2º, da Constituição Federal.

Assim, cumpre ressaltar, a decisão pelo Colendo Supremo Tribunal:

“Assim, não obstante o vício formal constatado, a fortiori, aponto que a superveniência da LCE 180/2014 subjugou a Defensoria Pública ao Poder Executivo já no conteúdo do art. 1º da referida norma - situação que per si justifica a urgência no caso concreto, a autorizar a atuação da Presidência desta Suprema Corte, uma vez que tal situação subordina a atuação da Instituição ao Poder



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Executivo, até mesmo na obtenção dos recursos básicos e necessários à sua função administrativa (como a aquisição de materiais de expediente) -, entendendo ser o caso de deferir o pedido liminar para suspender os efeitos da Lei Complementar Estadual 180, de 16 de dezembro de 2014, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, até o julgamento definitivo da presente ação direta de inconstitucionalidade.

Isso posto, defiro o pedido liminar, ad referendum do Plenário, para suspender imediatamente os efeitos da Lei Complementar Estadual 180, de 16 de dezembro de 2014, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, até o julgamento definitivo da presente ação direta de inconstitucionalidade."

Ademais, o projeto em análise cumpre o disposto pela Lei Complementar Federal nº. 101/00, cuja previsão de projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja



acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, a **Defensoria Pública do Estado do Paraná** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento da Defensoria Pública para o exercício de 2015, aprovado pela Lei Estadual nº 18.409/2014, e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da **Lei Complementar federal nº 95/98**, bem como, no âmbito estadual, a **Lei Complementar nº 176/2014**, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



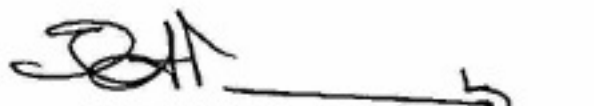
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Curitiba, 30 de junho

2015.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

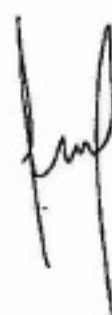

DEP. PR. EDSON PRACZYK
RELATOR











Prça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
Comissão de Constituição e Justiça

APROVADO

30.06.15



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 490/15

RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise é oriundo da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e objetiva conceder revisão geral anual do ano de 2015, do índice geral de 8,17% (oito vírgula dezessete por cento) nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2015.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do seu Relator Deputado Pastor Edson Praczyk e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável, sendo o mesmo aprovado.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida à análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que o reajuste proposto atende ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual e, ainda, alcança aos cargos de provimento em comissão de Assessor Técnico da Defensoria Pública-Geral, simbologia DAS-2, criados pela Lei Complementar nº 136/2011.

Observa-se que as despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria.

Constata-se ainda a Declaração subscrita pela Senhora Josiane Fruet Bettini Lupion, Defensora Pública-Geral do Estado do Paraná apresentando adequação orçamentária e financeira com o orçamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná para o exercício de 2015, aprovado pela Lei nº 18.409, de 20/12/2014 (Lei Orçamentária Anual), e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA), aprovado pela Lei nº



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças



17.013, de 14/12/2011, e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 18.178, de 05/08/2014 (LDO).

De igual modo, o impacto orçamentário-financeiro com o reajuste de 8,17% (oito vírgula dezessete por cento), conforme Informação Conjunta nº 001/2015/DPP/DFI e DRH, datada de 26 de junho do corrente ano, subscrita pelo Diretor Financeiro, Sr. Luciano Bonamigo de Souza, e pelo Diretor de Recursos Humanos, Sr. João Guilherme Carraro Hortmann, assegurando que existe disponibilidade Orçamentária da Defensoria Pública no exercício de 2015 para atender ao referido pleito.

CONCLUSÃO

Com base no acima exposto, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

01/07/15

DEPUTADO GILSON DE SOUZA
PRESIDENTE

DEPUTADO TADEU VENERI
RELATOR

Dp. Scanavacca

Dp. Elis

Dp. Antagão